



Universidades Lusíada

Espírito Santo, Erikson da Costa do, 1993-

O mercado informal em São Tomé e Príncipe

<http://hdl.handle.net/11067/6768>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

O presente trabalho de investigação tem como objetivo principal, identificar as causas do mercado informal em São Tomé e Príncipe, derivando-se alguns objetivos específicos: perceber o que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou trabalhos informais; identificar as autoridades responsáveis pela fiscalização, controle e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) e, perceber como elas funcionam e colaboram entre si para resolver a problemática do mercado informal; e verifica...

The present research work has as main objective, to identify the causes of the informal market in São Tomé and Príncipe, deriving some specific objectives: to understand what makes people resort to informal activities or jobs; identify the authorities responsible for the inspection, control and regulation of commercial activities (commercial activities) and, understand how they work and collaborate with each other to solve the problem of the informal market; and to verify the existence or not of...

Palavras Chave

Sector informal (Economia) - São Tomé e Príncipe, Desenvolvimento económico - São Tomé e Príncipe

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T12:15:49Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ECONOMIA E DA EMPRESA
Mestrado em Gestão

O mercado informal em São Tomé e Príncipe

Realizado por:
Erikson da Costa do Espírito Santo

Orientado por:
Prof. Doutor Mário Alexandre Guerreiro Antão

Constituição do Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Maria Leonor Romão Carreiro Fernandes Ferreira da Silva
Orientador: Prof. Doutor Mário Alexandre Guerreiro Antão
Arguente: Prof. Doutor Nuno Tiago Cláudio Leitão Baptista

Dissertação aprovada em: 30 de janeiro de 2023

Dissertação reformulada e corrigida

Lisboa

Março 2023



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ECONOMIA E DA EMPRESA

Mestrado em Gestão

O mercado informal em São Tomé e Príncipe

Erikson da Costa do Espírito Santo

Dissertação reformulada e corrigida

Lisboa

Março 2023



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ECONOMIA E DA EMPRESA

Mestrado em Gestão

O mercado informal em São Tomé

Erikson da Costa do Espírito Santo

Dissertação reformulada e corrigida

Lisboa

Março 2023

Erikson da Costa do Espírito Santo

O mercado informal em São Tomé

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa da Universidade Lusíada para a obtenção do grau de Mestre em Gestão.

Área de especialização: Gestão Financeira

Orientador: Prof. Doutor Mário Alexandre Guerreiro Antão

Dissertação reformulada e corrigida

Lisboa

Março 2023

FICHA TÉCNICA

Autor Erikson da Costa do Espírito Santo
Orientador Prof. Doutor Mário Alexandre Guerreiro Antão
Título O mercado informal em São Tomé
Local Lisboa
Ano 2023

MEDIATECA DA UNIVERSIDADE LUSÍADA - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

ESPÍRITO SANTO, Erikson da Costa do, 1993-

O mercado informal em São Tomé / Erikson da Costa do Espírito Santo; orientado por Mário Alexandre Guerreiro Antão. - Lisboa: [s.n.], 2023. - Dissertação de Mestrado em Gestão, Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa da Universidade Lusíada.

I - ANTÃO, Mário Alexandre Guerreiro, 1965-

LCSH

1. Sector informal (Economia) - São Tomé e Príncipe
2. Desenvolvimento económico - São Tomé e Príncipe
3. Universidade Lusíada. Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa - Teses
4. Teses - Portugal - Lisboa

1. Informal sector - Sao Tome and Principe
2. Economic development - Sao Tome and Principe
3. Universidade Lusíada. Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa - Dissertations
4. Dissertations, academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HD2346.S3 E87 2023

DEDICATÓRIA

A minha família e amigos

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus por sempre me proteger, iluminar e guiar os meus passos!

Em seguida o meu orientador, o Doutor Mário Alexandre Guerreiro Antão, que se dignou prestar-me a orientação necessária no quadro do desenvolvimento do trabalho e, também a Doutora Manuela Maria de Oliveira.

Passo a agradecer aos meus familiares, especialmente aos meus pais e irmãos, e amigos que muito contribuíram para que eu conseguisse alcançar com êxito este objetivo académico e não só.

Agradeço também aos inquiridos, ao entrevistado e às entidades santomenses por terem-se dignado receber-me e por terem-me fornecido informações que se afiguraram muito importante para o desenvolvimento deste trabalho de investigação científica, essencialmente para a conclusão a que se chegou no mesmo.

Por fim, agradeço a Universidade Lusíada de Lisboa e a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, pela oportunidade de frequentar e concluir o curso de Mestrado em Gestão, pelo conhecimento e pela formação ímpares, quer técnica, quer pessoal, com dedicação e a todo o seu quadro de pessoal docente e não-docente.

Um bem-haja a todos!

APRESENTAÇÃO

O mercado Informal em São Tomé e Príncipe

Erikson da costa do Espírito Santo

O presente trabalho de investigação tem como objetivo principal, identificar as causas do mercado informal em São Tomé e Príncipe, derivando-se alguns objetivos específicos: perceber o que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou trabalhos informais; identificar as autoridades responsáveis pela fiscalização, controle e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) e, perceber como elas funcionam e colaboram entre si para resolver a problemática do mercado informal; e verificar a existência ou não de sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controle e a regulação por parte das autoridades competentes.

Com efeito, procuramos também dar respostas as seguintes questões: “quais as causas do Mercado informal em São Tomé e Príncipe?”, “será o Mercado informal uma consequência da falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controle e regulação dos mercados (atividades económicas)?”, e “será o mercado informal uma consequência da falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas pudessem exercer as suas atividades mercantis, ou simplesmente uma consequência das preferências das pessoas em exercer as suas atividades mercantis sem terem de pagar os impostos?”.

Para atingir tais objetivos e dar respostas as questões levantadas, recorreremos essencialmente as seguintes estratégias para recolher dados e realizar a investigação: os inquéritos por entrevista e questionário, tendo sido realizados um inquérito por entrevista, tendo como participante um diretor da Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas, e trezentos inquéritos por questionário tendo como participantes pessoas que trabalham informalmente em atividades que consideramos ser as mais evidentes.

Após a investigação realizada chegamos as conclusões que se seguem:

As principais causas do mercado informal em São Tomé e Príncipe são: a falta de emprego, dificuldades por parte das entidades competentes em controlarem o mercado, falta de estruturas adequadas para o exercício de atividade económica, a falta de informação, o baixo nível de escolaridade, preferência em trabalhar por conta própria, e o não pagamento de impostos.

A fiscalização, o controlo e a regulação do mercado têm sido essencialmente tarefas da responsabilidade da Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas. A inspeção das atividades económicas é fundamentalmente realizada pela Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas, havendo, no entanto, cooperação e colaboração com outras instituições como a direção da pecuária, o CIAT, a polícia nacional, embora seja muito limitada e restrita, atuando cada instituição na sua área e de forma específica.

A Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas funciona com base em leis e decretos-lei para inspecionar as atividades económicas e, também realiza inspeções, fiscalizações e sensibilizações com o intuito de combater e diminuir a informalidade. Todavia, a falta de meios materiais, humanos, financeiros entre outros, dificultam a sua tarefa e não permite fazer face ao mercado informal.

A falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controle e regulação dos mercados (atividades económicas), é claramente uma das principais causas para a formação e o crescimento contínuo do Mercado informal em S. Tomé e Príncipe.

A falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas possam exercer as suas atividades mercantis, acaba por ser sem dúvidas outras das principais causas da formação e do crescimento do mercado informal.

Palavras-chave: Mercado Informal, Sector Informal, Economia Informal, Atividades Económicas, São Tomé e Príncipe.

PRESENTATION

The Informal market in São Tomé and Príncipe

Erikson da costa do Espírito Santo

The present research work has as main objective, to identify the causes of the informal market in São Tomé and Príncipe, deriving some specific objectives: to understand what makes people resort to informal activities or jobs; identify the authorities responsible for the inspection, control and regulation of commercial activities (commercial activities) and, understand how they work and collaborate with each other to solve the problem of the informal market; and to verify the existence or not of systems or mechanisms that allow inspection, control and regulation by the competent authorities.

In fact, we also try to answer the following questions: what are the causes of the informal market in São Tomé and Príncipe? is the informal market a consequence of the lack of systems and tools (mechanisms) on the part of the authorities responsible for supervising, controlling and regulating the markets (economic activities)? is the informal market a consequence of the lack of creation of structures (markets) where people could exercise their commercial activities, or simply a consequence of people's preferences to exercise their commercial activities without having to pay taxes?

In order to achieve these objectives and answer the questions raised, we essentially used the following strategies to collect data and carry out the investigation: interview and questionnaire inquiries, an interview survey having been carried out, with the participation of a Directorate for Regulation and Control of Economic Activities director, and three hundred inquiries. by questionnaire with participants who work informally in activities that we consider to be the most evident.

After the investigation, we reached the following conclusions:

The main causes of the informal market in São Tomé and Príncipe are: lack of employment, difficulties on the part of the competent entities in controlling the market, lack of adequate structures for the exercise of economic activity, lack of information, low level of education, preference for self-employment, and non-payment of taxes.

Market surveillance, control and regulation have been essentially the responsibility of the Directorate for Regulation and Control of Economic Activities. The inspection of economic activities is fundamentally carried out by the Directorate for Regulation and Control of Economic Activities, however, there is cooperation and collaboration with other institutions such as the livestock management, CIAT, the national police, although it is very limited and restricted, with each institution operating in its area and specifically.

The Directorate for Regulation and Control of Economic Activities operate on the basis of laws and decree-laws to inspect economic activities and also carry out inspections, inspections and sensitization in order to combat and reduce informality. However, the lack of material, human, financial resources, among others, makes it difficult to do its job and does not allow to face the informal market.

The lack of systems and tools (mechanisms) on the part of the authorities responsible for supervising, controlling and regulating the markets (economic activities), is clearly one of the main causes for the formation and continuous growth of the informal market in São Tomé and Príncipe.

The lack of creation of structures (markets) where people can exercise their commercial activities, turns out to be undoubtedly others of the main causes of the formation and growth of the informal market.

Keywords: Informal Market, Informal Sector, Informal Economy, Economic Activities, São Tomé and Príncipe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Faixa etária dos inquiridos (%)	61
Ilustração 2 - Distrito a que pertencem os inquiridos (%)	64
Ilustração 3 - Atividades realizadas pelos inquiridos no mercado informal (%)	65
Ilustração 4 - Rendimento mensal dos inquiridos no mercado informal (STD)	65
Ilustração 5 - Período em que inquiridos trabalham no mercado informal.....	66
Ilustração 6 - Posição dos Inquiridos relativamente à atividade realizada (%)	66
Ilustração 7 - Modo de financiamento de atividade realizada pelos inquiridos (%).....	67
Ilustração 8 - Inquiridos com ou sem local fixo para prestação/ comercialização dos Produtos	67
Ilustração 9 - Pagamento de taxa fixa ou diária pelo local onde os inquiridos desenvolvem as suas atividades	68
Ilustração 10 - Entidade que realiza a cobrança da taxa	68
Ilustração 11 - Classificação de rendimento dos inquiridos relativamente às suas necessidades.....	69
Ilustração 12 - Motivo pelo qual o inquirido realiza atividade informal.....	69
Ilustração 13 - Classificação da atividade pelos inquiridos relativamente às dificuldades	70
Ilustração 14 - Dificuldades vividas pelos inquiridos nas atividades que realizam	70
Ilustração 15 - Principais benefícios que as atividades realizadas trazem para os inquiridos (%).....	72
Ilustração 16 - Sugestão para melhoria das condições do trabalhador no mercado informal (%)	73
Ilustração 17 - Razão pela qual os inquiridos já não realizam uma atividade formal..	74
Ilustração 18 - Troca de um trabalho informal por um emprego formal por parte dos inquiridos (%).....	75
Ilustração 19 - Razão pela qual os inquiridos não trocariam um trabalho informal por um emprego formal.....	76
Ilustração 20 - Perspetiva dos inquiridos quanto a possibilidade de vir a ter um emprego formal (%).....	76
Ilustração 21 - Perspetiva dos inquiridos quanto a existência de vantagens em desenvolver uma atividade informal em detrimento de uma formal (%)	77
Ilustração 22 - Vantagens apresentadas pelos inquiridos relativamente ao desenvolvimento de uma atividade informal em detrimento de uma formal (%).....	77
Ilustração 23 - Preferência dos inquiridos se pudessem trabalhar no mercado formal (%).....	78
Ilustração 24 - Avaliação dos inquiridos relativamente ao papel do governo na solução dos problemas do mercado informal (%).....	79
Ilustração 25 - As opiniões dos inquiridos sobre a importância que o governo dá aos trabalhadores do mercado informal (%)	79

Ilustração 26 - Opiniões dos inquiridos quanto a resolução das dificuldades sentidas por eles, por parte do governo (%).....	80
Ilustração 27 - Avaliação dos inquiridos sobre o papel da Polícia e Fiscais no combate à venda ambulante (%).....	80
Ilustração 28 - Abordagem por parte de agentes de entidades que inspeciona as atividades comerciais aos inquiridos para lhes informar sobre a declaração de rendimentos e pagamento de taxa de imposto (%)	81
Ilustração 29 - Pagamento dos impostos por parte dos inquiridos.....	81
Ilustração 30 - Número dos inquiridos inscritos no INSS.	82
Ilustração 31 - Avaliação dos inquiridos relativamente a qualidade das infraestruturas do mercado informal.	82
Ilustração 32 - Avaliação dos inquiridos relativamente ao papel do governo na criação de condições para o desenvolvimento dos seus trabalhos.	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação sintética de algumas diferenças entre os sectores formal e informal.....	35
Tabela 2 - Relacional da instituição, sujeito de investigação e respetiva função.....	57
Tabela 3 - Análise de Conteúdo da entrevista com sujeito 1	58
Tabela 4 - Género dos Inquiridos	61
Tabela 5 - Localidade onde residem os inquiridos.....	62
Tabela 6 - Nível de Escolaridade dos inquiridos	64
Tabela 7 - Dificuldades vividas pelos inqueridos nas atividades que realizam.....	71
Tabela 8 - Principais benefícios que as atividades realizadas trazem para os inquiridos (%).....	72
Tabela 9 - Sugestões para melhoria das condições do trabalhador no mercado informal	73
Tabela 10 - Número de inquiridos que tiveram ou não oportunidade de ter (rego formal)	74
Tabela 11 - Razão pela qual os inquiridos já não realizam uma atividade formal	75
Tabela 12 - Vantagens apresentadas pelos inquiridos relativamente ao desenvolvimento de uma atividade informal em detrimento de uma formal.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- AC - Atividades Comerciais
- AI - Atividade Informal
- CC - Câmara do Comércio
- CE - Crescimento Económico
- CIAT - Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
- DC - Direção do Comércio
- DF - Direção das Finanças
- DP - Direção de Pecuária
- DRCAE - Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas
- EF - Economia Formal
- EI - Economia Informal
- MF - Mercado Formal
- MI - Mercado Informal
- MT - Mercado de Trabalho
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNSTP - Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe
- RF - Receitas Fiscais
- SF - Sector Formal
- SI - Sector Informal
- TI - Trabalho Informal

SUMÁRIO

1. Introdução	21
1.1. Justificativa e relevância do tema	22
1.2. Objetivos do estudo.....	23
1.2.1. Objetivo geral	23
1.2.2. Objetivos específicos.....	23
1.3. Questões de investigação	24
1.3.1. Questões derivadas.....	24
1.4. Hipóteses de investigação.....	24
1.5. Panorama se São Tomé e Príncipe.....	25
1.6. Estrutura do trabalho	25
2. Referencial teórico	27
2.1. Noção do mercado informal.....	27
2.2. Causas do mercado informal na economia.....	29
2.3. Mercado informal e o crescimento económico.....	33
2.4. O setor informal.....	35
2.5. Diferenças entre o setor formal e o setor informal	35
2.6. Vantagens e desvantagens da informalidade	36
3. O mercado informal santomense.....	39
3.1. O espaço físico onde se desenvolve o mercado informal	39
3.2. Atividades/profissões e produtos mais frequentes	39
3.2.1. Cambistas	40
3.2.2. Candogueiros	40
3.2.3. Motoqueiros.....	40
3.2.4. Palaiês.....	41
3.2.5. Pescadores	41
3.2.6. Retalhistas.....	42
3.3. Nível social dos que executam	42
3.4. Impacto direto do mercado informal no aumento do recurso do Estado	43
3.5. Saídas possíveis para organização do sector informal	44
4. Metodologia.....	47
4.1. Natureza da investigação e enquadramento paradigmático	47
4.2. Participantes.....	48
4.2.1. Apresentação da instituição.....	48
4.3. Procedimentos	51

4.4. Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	53
4.5. Processo de amostragem e tamanho de amostra	53
4.6. Tratamento de dados	54
5. Apresentação, análise e discussão de resultados	57
5.1. Resultado de inquérito por entrevista	57
5.2. Inquérito por questionário	60
5.2.1. Perfil sociodemográfico dos inquiridos.....	61
5.2.2. Perfil laboral dos inquiridos.....	66
5.2.3. Racional dos inquiridos sobre o trabalho informal e formal.....	74
5.2.4. Racional dos inquiridos sobre as políticas públicas	78
5.3. Considerações finais	83
5.3.1. Das características sociodemográficas dos inquiridos	83
5.3.2. Das características laborais dos inquiridos	84
5.3.3. Racional dos inquiridos sobre o trabalho formal e informal.....	85
5.3.4. Racional dos inquiridos sobre as políticas públicas	85
6. Conclusões	87
6.1. Principais conclusões	87
6.2. Limitações do estudo.....	90
6.3. Implicações do estudo.....	91
6.4. Sugestão para investigações futuras.....	91
Referências	93
Apêndices.....	97
Lista de apêndices.....	99
Apêndice A	101
Apêndice B	107

1. INTRODUÇÃO

Com o mercado de trabalho (MT) revelando-se cada vez mais concorrido e difícil em todo o mundo, e sendo a taxa de desemprego tendencialmente maior, fruto de razões diversas, muitas são as pessoas que se vêm forçadas a criarem e desenvolverem atividades que lhes possam garantir algum rendimento. No entanto, grande parte dessas atividades criadas e/ou desempenhadas são realizadas à margem da economia formal. Isto é, essas atividades são realizadas informalmente sem que o estado tenha muitas das vezes o conhecimento das suas existências e/ou acesso ao seu rendimento, formando assim a economia informal (EI) ou simplesmente o mercado informal (MI).

Com efeito, o MI é um fenómeno que está presente em todo mundo, principalmente nos países em desenvolvimento; e que tem vindo a crescer muito nas últimas décadas, mostrando-se tão importante que tem merecido uma atenção especial a nível mundial. O MI foi reconhecido pela Organização Internacional de Trabalho (OIT) na quinta conferência internacional de estatística do trabalho, ocorrido em Genebra em 1993, como uma área de emprego. De acordo com a OIT, a expressão “economia informal” refere-se a todas atividades económicas, trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais.

As atividades do MI são vistas por muitos como alternativa e estratégia de sobrevivência a aqueles que têm dificuldades de ingressar no mercado formal (MF) perante a ineficiência do MT em oferecer alternativas e também por falta de qualificações profissionais. Entretanto, podem existir diversas outras razões para que as pessoas desenvolvam as suas atividades no MI. Nessa ordem de ideia, o presente trabalho de investigação tem como objetivo principal identificar as causas do mercado informal em São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe que é um país em desenvolvimento e, tal como os outros na mesma condição, tem visto o peso do comércio informal tornar-se cada vez maior. O setor formal (SF) do país, onde a arrecadação de receitas fiscais (RF) é muito mais eficaz, é relativamente menor que o setor informal (SI), tendendo este último a ser cada vez maior.

O aumento do MI, ou seja, o crescimento da informalidade na economia pode colocar em causa, além das questões sociais que daí decorrem, o sistema de fiscalização e de

arrecadação tributária de um país, pois é gerada uma riqueza não arrecadada, contabilizada e gerida pelo sistema fiscal.

É necessário e fundamental que o sistema de fiscalização e de arrecadação tributária de um estado funcione na sua plenitude ou de forma mais eficiente possível, pois a arrecadação de RF é um dos maiores meios usado pelos estados para financiar a sua economia e fazer face as suas despesas orçamentais.

No caso particular de São Tomé e Príncipe, a arrecadação eficiente das receitas fiscais mostra-se não apenas algo importante, mas também urgente e necessário uma vez que o país tem geralmente quase todo o seu orçamento financiado através da ajuda de outros estados. As dificuldades que o país tem tido para se financiar são mais que evidentes. O pagamento de salários dos funcionários do setor público tem ocorrido constantemente com atrasos, sendo isto um exemplo de falta de receitas ou boa gestão desta por parte do estado. A situação parece se tornar mais complicada pelo facto de o estado ser o maior empregador.

1.1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

A arrecadação e gestão eficientes de RF são questões de extrema relevância para a economia de um país, tendo um papel crucial no desenvolvimento de qualquer economia. Entretanto, há um conjunto de fatores que dificultam tais tarefas. O MI é sem dúvidas um deles.

Com efeito, o impacto do MI na arrecadação de RF e, no crescimento e desenvolvimento económico sobretudo de países em desenvolvimento, tem sido temas merecedores de atenção e bastante discutidos nos últimos anos.

Em São Tomé e Príncipe, tanto a arrecadação e gestão de RF bem como o crescimento da informalidade na economia, têm-se apresentado como questões problemáticas, e merecendo uma especial atenção por parte de todos os santomenses, em particular os dirigentes, e não só.

Assim, o presente estudo afigura-se extremamente importante, pois dá a conhecer à comunidade académica em geral, a realidade do tema estudado, ou seja, a realidade da economia e do MI em São Tomé e Príncipe, e serve também de suporte documental para todos aqueles que queiram se inteirar sobre o tema estudado no geral e conceitos

derivados e relacionados. Por outro lado, de forma prática, o presente trabalho de investigação procura evidenciar de algumas das problemáticas do MI em São Tomé e Príncipe tais como: identificar as causas do MI em São Tomé e Príncipe, perceber o que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou TI; identificar as autoridades responsáveis pela fiscalização, controle e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) e, perceber como elas funcionam e colaboram entre si para resolver a problemática do mercado informal; e verificar a existência ou não de sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controle e a regulação por parte das autoridades competentes; e chamar a atenção de todos os envolvidos, especialmente da DRCAE, possibilitando dessa forma intervenções mais assertivas e eficientes possíveis por parte de todos que devem contribuir para a resolução da prática do MI no país e garantir um melhor funcionamento do mercado e da economia.

1.2. OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente trabalho de investigação foi orientado para os objetivos geral e específicos seguintes:

1.2.1. OBJETIVO GERAL

- Constitui objetivo geral do trabalho, identificar as causas do MI em São Tomé e Príncipe.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atender ao objetivo geral acima mencionado, foram propostos os objetivos específicos abaixo identificados:

- Perceber o que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou trabalhos informais;
- Identificar as autoridades responsáveis pela fiscalização, controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) e; perceber como elas funcionam e colaboram entre si para resolver a problemática do MI;

- Verificar a existência ou não de sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controlo e a regulação do MI por parte das autoridades competentes;

1.3. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Em função dos objetivos propostos a investigação norteou-se pela pergunta de partida seguinte:

Q₁: Quais as principais causas do MI em São Tomé e Príncipe?

1.3.1. QUESTÕES DERIVADAS

- ❖ A falta de emprego constitui um dos principais motivos para as pessoas recorrerem ao MI?
- ❖ Será o MI em São Tomé e Príncipe uma consequência da falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controlo e regulação dos mercados (atividades económicas)?
- ❖ Será o MI em São Tomé e Príncipe uma consequência da falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas possam exercer as suas atividades mercantis?
- ❖ Será o MI uma consequência das preferências das pessoas em exercer as suas atividades mercantis sem terem de pagar os impostos?

1.4. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Em função das questões de investigações acima descritas, foram sugeridas as seguintes hipóteses.

Hipótese nº 1: A falta de emprego constitui um dos principais motivos para as pessoas recorrerem ao MI em São Tomé e Príncipe.

Hipótese nº 2: A falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controlo e regulação dos mercados (atividades económicas), constitui uma das causas do MI em São Tomé e Príncipe.

Hipótese nº 3: O MI em São Tomé e Príncipe tem como uma das causas a falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas possam exercer as suas atividades mercantis.

Hipótese nº 4: A preferência das pessoas em exercer as suas atividades mercantis sem terem de pagar os impostos, constitui uma das causas do MI em São Tomé e Príncipe.

1.5. PANORAMA SE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

De acordo com o The World Bank Group (2020), a República de São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular e em desenvolvimento, de rendimento médio baixo, com uma economia frágil e, é altamente vulnerável a choques exógenos.

Com uma área de 1.001 Km², uma população estimada em pouco mais de 215.000 habitantes, e um Produto Nacional Bruto (PNB) per capita de USD 1.960 em 2019, segundo os dados do The World Bank Group (2020), São Tomé e Príncipe é um arquipélago composto por duas ilhas principais e quatro ilhéus, dividido em seis distritos e a Região Autónoma do Príncipe; estando localizado no Golfo da Guiné, a 350 km da costa ocidental do continente africano, e tendo como língua oficial o português.

Tal como refere Ahodekon (2015, p. 1), São Tomé e Príncipe tornou-se numa república independente à 12 de julho de 1975, deixando de ser assim uma colónia da república portuguesa. Após década e meia da independência o país abre-se para o regime democrático com o multipartidarismo iniciado em 1990, deixando para trás o regime marxista e de partido único que vigoravam na altura.

Devido a sua fraca capacidade económica o país depende fortemente da ajuda externa, tendo geralmente as receitas do seu orçamento financiadas na ordem dos 80% por ajuda e contribuição de outros países. Segundo Ahodekon (2015, p. 1), a república democrática de São Tomé e Príncipe desfruta de uma ampla gama de apoio de vários parceiros, tanto multilaterais como bilaterais, devido as suas condições.

1.6. ESTRUTURA DO TRABALHO

Além do presente capítulo introdutório, este trabalho é composto por mais cinco capítulos.

Neste primeiro capítulo é feito um enquadramento sobre a temática em estudo, a sua relevância, e a razão do presente estudo; bem como a apresentação dos objetivos e questões e do estudo. Também é feita uma breve apresentação de São Tomé e Príncipe, país onde o estudo foi desenvolvido.

O segundo capítulo foi desenvolvido com o intuito de obter e compreender os conceitos-chaves e noções sobre a temática em questão, com base nas definições e interpretações de vários autores.

No terceiro capítulo é feita uma caracterização do mercado informal em São Tomé e Príncipe.

No quarto capítulo é apresentada a Metodologia utilizada para desenvolver a investigação, ou seja, a natureza da investigação, os participantes, os procedimentos e as técnicas e instrumentos de recolha de dados.

No quinto capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos com a aplicação dos inquéritos por questionário e do inquérito por entrevista.

No sexto capítulo são apresentadas as conclusões chegadas com toda a investigação e, mostrando se foi possível atingir os objetivos propostos e as respostas às questões de investigação levantadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. NOÇÃO DO MERCADO INFORMAL

O termo mercado é geralmente utilizado para fazer referência à todos os lugares utilizados pelos agentes económicos para trocar bens e serviços por uma certa unidade monetária ou por outros bens e serviços.

A informalidade por sua vez, teve a sua primeira iniciativa de investigação em 1960, ocorrida com o lançamento do programa mundial do emprego, instituído pela OIT. Este programa teve como objetivo a avaliação de estratégia de aceleração económica dos países sobre o emprego e a renda, que indicou uma carência do crescimento económico (CE) na geração de emprego.

Para (Jacob & Soares, 2002, p. 165), a informalidade é um conceito polémico desde a sua origem, pois engloba situações analiticamente distintas como EI, MI, SI e trabalho informal (TI).

Todavia, os conceitos acima mencionados acabam não sendo tão distintos uma vez que acabam por estar ligados ou relacionados uns com os outros. A medida que se aprofunda os estudos destes conceitos a relação entre eles se torna cada vez mais evidente.

Com efeito, segundo SILVA, O. L. (2010, p. 15) é extremamente difícil dar uma definição única ou exata do que é o SI ou, em termos mais amplos, a EF, devido ao facto de não existir um consenso sobre a sua definição, por parte dos diversos autores por diversas vertentes.

De acordo com a OIT (2006, p. 6), apesar de não existir nenhuma descrição ou definição universalmente aceite ou considerada como exata da expressão "EI", pode-se entender que ela comporta ou abrange uma quantidade e/ou variedade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, com certas características que os tornam identificáveis, enfrentando dificuldades variantes conforme o contexto e o meio onde se encontram.

A expressão "EI" refere-se a todas as atividades económicas realizadas por agentes económicos que não cumprem com as disposições formais ou legais existentes num determinado território. Estas tais atividades desenvolvidas ou praticadas pelos agentes

económicos, de acordo com a OIT (2006, p. 7), não respeitam a legislação por serem muitas vezes inadequadas ou pela imposição de encargos excessivos. Mesmo quando operam um pouco no âmbito da lei, estas atividades deixam sempre de cumprir um ou outro requisito estabelecido pela legislação.

Embora muitas das vezes não estejam em conformidade com as leis em vigor ao desenvolverem determinadas atividades, grande parte dos trabalhadores e das empresas que atuam na EI concebem e produzem bens e serviços legais ou similares aos que são concebidos e produzidos respeitando todos os trâmites, normas e procedimentos legais. Para a OIT (2006, p. 7), é fundamental distinguir as atividades desenvolvidas informalmente das atividades criminosas ou ilegais, como a produção e o tráfico de drogas. Isto devido ao facto das atividades criminosas, segundo a OIT, se enquadrarem no direito penal, não serem regulamentadas, nem tão pouco oferecer benefícios e proteção aos que exercem estas atividades.

Para a OIT (2006, p. 6), expressão "EI" acaba sendo mais adequada do que expressão "SI", tendo em conta que as unidades económicas inseridas no mercado provêm de vários setores de atividade económica e não apenas de um único setor. Daí pode-se entender ou ver que há uma relação entre estes conceitos, entendendo a EI como o conjunto de todos os SI e, este por último como toda e qualquer área de atividade económica realizada sem a existência de regulamentações das entidades competentes, ou seja, realizadas a margem das regulamentações e leis existentes.

Assim, pode-se entender como TI, todas aquelas atividades económicas ou comerciais que ocorrem sem regulamentações e fiscalizações, ignorando as normas e leis existentes.

Na EI estão inseridos tanto trabalhadores assalariados como trabalhadores por conta própria; estando a maior parte deles, essencialmente os trabalhadores por conta própria, segundo a OIT (2006, p. 7), sujeitos à vulnerabilidade, à insegurança, à falta de proteção, à falta de direitos, à falta de representação e, até mesmo sujeitos à pobreza.

Nessa ordem, pode-se entender que o termo MI refere-se a todos os lugares onde os agentes económicos realizam ou procedem a troca de bens e serviços por uma unidade monetária ou por outros bens e serviços sem submeterem-se as regulamentações existentes e sem contribuírem para as receitas do estado por meio de tributos.

O MI pode ser ainda referido simplesmente como aquele setor ou área que abrange os sujeitos que não se inseriram no MF para exercerem uma determinada atividade comercial.

Duma forma resumida e simplificada, pode-se dizer que o MI se diferencia do MF essencialmente pelo fato das receitas geradas no MI não sofrerem descontos e, pelo facto das atividades serem realizadas sem a existência de regulamentações estatais, ou seja, realizadas paralelamente às regulamentações existentes.

2.2. CAUSAS DO MERCADO INFORMAL NA ECONOMIA

Para que possa compreender o fenómeno do mercado informal é preciso recorrer a análise da sua causa, proferindo aquelas que podem ser percebidas no contexto político, económico e social. De acordo com diversas literaturas as principais são:

➤ Carga tributária

O pagamento de impostos é sem dúvidas um dos principais fatores que leva as pessoas a optarem pela informalidade. Muitos trabalhadores olham para os impostos pagos como sendo a maior causa da diminuição dos seus rendimentos, e optam pela informalidade fugindo assim o pagamento dos impostos com intuito de maximizarem os seus rendimentos. Estima-se que quanto maior for carga tributária de um trabalhador, isto é, que quanto mais imposto um trabalhador tem de pagar, mais estimulado ou incentivado este trabalhador se encontrará em migrar-se para o MI.

Segundo a OIT (2006, p. 11) os encargos fiscais elevados tornam muito caro e dificultam imensamente o processo de formalização, levando os agentes e as unidades económicas a operarem informalmente na economia.

De acordo com Soto, Enste, Schneider e Tanzy, citados por Paschoal *et al.* (2013), a carga tributária é considerada como sendo a principal razão do deslocamento dos trabalhadores para a informalidade.

Reforçaram ainda que numa estimativa de um aumento de 10% da carga tributária leva a um crescimento na ordem ou acima dos 3% na EI.

➤ Falta de estruturas adequadas para o exercício de AC

A inexistência ou pouca existência de estruturas adequadas onde as pessoas possam comercializar os seus bens e serviços, faz com que muitos criem as suas próprias estruturas ou simplesmente exerçam as suas atividades em locais inapropriados sem que o estado tenha conhecimento destes e das atividades realizadas. Isto, além de criar uma grande desorganização na própria estrutura do país, dificulta imenso o trabalho das autoridades competentes no que refere ao combate do MI e, facilita imenso a formação e o aumento deste.

➤ **Crescimento demográfico urbano**

O acelerado crescimento demográfico nas regiões urbanas do país e a falta de oportunidades de empregos nestas regiões, levam as pessoas a migrarem-se essencialmente para a cidade capital em busca de trabalho, provocando assim desorganização estrutural no mercado e levando as pessoas a trabalharem informalmente.

➤ **Problemática de transferências sociais**

De acordo com Ribeiro (2000), ocorre em função dos trabalhadores terem acesso aos benefícios sociais mesmo que atuem na informalidade, e ainda que não contribuam por meio de pagamento de impostos. De acordo com autor isto incentiva e muito os trabalhadores a migrarem-se ou se permanecerem no EI. O trabalhador percebendo que mesmo não pagando os impostos irá ter acesso aos benefícios sociais tais como aqueles que pagam, prefere continuar a trabalhar informalmente sem ter de declarar a sua renda, evitando dessa forma o pagamento dos impostos.

➤ **Desemprego**

O desemprego sem dúvidas, é outra das principais causas do MI na economia. Estando dispostas a trabalhar com o intuito de auferir um salário e, não conseguindo encontrar um emprego formal, as pessoas se vêm forçadas a criarem e desenvolverem atividades que lhes possam garantir algum rendimento, ainda que informalmente, para que possam satisfazer as suas necessidades financeiras, levando assim a informalidade a aumentar cada vez mais na economia. Quanto maior for a taxa de desemprego num determinado país maior será em princípio o nível da informalidade na sua economia.

Segundo a OIT (2006, p. 8), grande parte das pessoas que se integram na EI fazem-no devido às necessidades, ao desemprego, e devido a situação de extrema pobreza, e não por vontade ou escolha.

Para Byrns (1995) & Limão Paixão (2010) citados por Ferreira (2016), o desemprego ocorre quando as pessoas estão disponíveis para trabalhar, e se encontram em busca de empregos, porém, não conseguem encontrar ou não garantem um emprego oportuno.

➤ **Inexistência ou ineficiência de sistemas para a regulação de mercados**

Para a OIT (2006, p. 11), uma das principais razões para a existência da informalidade é a regulamentação inadequada dos mercados, que muitas vezes tornam excessivamente caro e difícil e muito o processo de formalização.

A falta de mecanismos que permitam e facilitem a fiscalização, o controlo e a regulação dos mercados, ou a baixa eficiência destes quando existentes, é dos fatores que mais contribuem para a formação e para o aumento constante do MI. A inexistência de uma boa base de dados por exemplo, dificulta trabalho das autoridades competentes no combate ao MI, pois não conseguem ter a melhor estimativa no que refere ao número aproximado de pessoas atuando informalmente na economia e, a distribuição dessas pessoas nas diversas regiões do país.

➤ **Atitude e intervenção do Estado**

Para a OIT (2014, p. 11) a informalidade é principalmente uma questão de governação; e o seu crescimento, muitas vezes, pode ser resultado de políticas sociais ou medidas macroeconómicas mal implementadas, desadequadas, ineficazes, frequentemente desenvolvidas sem consulta tripartida; falta de estruturas legais e institucionais; falta de uma boa governação para a correta e eficaz implementação das políticas e leis; e uma falta de confiança nas instituições e procedimentos administrativos.

As políticas macroeconómicas, como as que tratam do ajustamento estrutural, reestruturações económicas e políticas de privatização, sem o suficiente enfoque no emprego, têm reduzido empregos ou falharam na criação de um número suficiente de novos postos de trabalho na economia formal (OIT, 2014, p. 11).

Segundo Paschoal *et. al.* (2013), citando Torgler, Schneider (2007), se o Estado falhar em promover bens e serviços públicos de qualidade, isto incidirá na queda de incentivo por parte dos trabalhadores de pagar os impostos, e, portanto, poderá estimular a uma migração à informalidade. Para o autor, neste sentido o não provimento, pode incidir negativamente na qualidade das instituições públicas, fazendo com que os cidadãos creditem pouca confiança na autoridade e tenham um baixo incentivo para cooperar.

De acordo com a OIT (2006, p. 14) é responsabilidade do governo a criação de empregos dignos e empresas que sejam duradouros. É referido ainda que, os governos deverão ser dinâmicos e colocar o emprego digno como prioridade entre as políticas de desenvolvimento tanto económico como social, e garantir o bom funcionamento do mercado de trabalho no geral.

Com efeito, a falta de incentivos como financiamentos e créditos por parte do estado aos que necessitam de capital para investir em certos negócios e criar todas as condições para que possa atuar formalmente no mercado, pode fazer com que muitos atuem na informalidade.

Por outro lado, a falta de promoção de bens e serviços com qualidade por parte do estado, contribui para baixar os incentivos por parte dos trabalhadores em pagar os impostos. Por exemplo, muitos motoqueiros alegam não pagar o dístico ou qualquer outro tipo de imposto cobrado pela Direção dos Impostos porque o estado não lhes oferece estradas e parques em condições para que possam exercer a sua profissão com maior eficiência e com mais segurança.

Outras razões podem ainda ser apontadas como causas do MI tais como: a falta de incentivos para formalizar as atividades comerciais, falta de informação/conhecimento, o baixo nível de escolaridade, a preferência em trabalhar por conta própria.

Carvalho (2019), refere ainda como causa do MI a ausência de políticas de empregos coerentes, a ausência de empresas privadas de relevo, o êxodo rural e o abandono escolar.

São ainda apontados pela OIT (2006, p. 12), como causa da informalidade os seguintes fatores: a pobreza, os rendimentos baixos e irregulares, a falta de acesso à informação, a ausência de políticas públicas, a falta ou educação de baixa qualidade.

2.3. MERCADO INFORMAL E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

As causas do MI e o seu impacto no crescimento e desenvolvimento económico, dos países em desenvolvimento sobretudo, são questões que vêm merecendo especial atenção por parte de investigadores.

A análise do impacto do MI na economia de um determinado país é uma tarefa desafiadora, mostrando-se evidente a falta de consenso entre especialistas e autores ao respeito da sua contribuição no que concerne ao CE. Alguns defendem que a EI pode aumentar o PIB nacional, porém outros afirmam ser uma ameaça a economia.

Trindade (2018, p. 38), no seu trabalho “Impacto da Economia Informal nas Receitas Fiscais da Economia de São Tomé e Príncipe = Estudo de caso dos Taxistas =”, recorrendo-se aos inquéritos por entrevista e questionário concluiu que a EI é um setor com pouco rigor contributivo a nível da arrecadação fiscal, e que o país requer implementação de políticas mais rigorosas como meio de arrecadar uma percentagem maior de receitas neste setor.

O autor refere ter concluído ainda que no caso particular dos taxistas, apesar de verificar-se cada vez um número maior de taxistas santomenses a caminharem para a formalização das suas atividades económicas a nível fiscal, o setor informal tem um impacto negativo nas receitas fiscais, e conseqüentemente na economia do país.

Isto reforça a ideia dos autores que referem que o MI não contribui para a formação do PIB e, conseqüentemente para o CE de um país.

Entretanto, Ernesto (2019, p. 72), no seu trabalho “A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal”, utilizando o inquérito por entrevistas, conclui que os indivíduos vêm a atividade económica informal como uma alternativa de sustento.

Mais, o autor acima citado, refere “olhar para a economia informal como um elemento de desordem ou que não contribui para o normal funcionamento do sistema económico é injusto, se olharmos para os benefícios sociais e económicos que ela traz para os indivíduos que dela dependem”.

Por sua vez, Carvalho (2019, p. 40), no seu trabalho de investigação “O impacto do mercado informal na economia de São Tomé e Príncipe” tendo recorrido à análise

documental e o inquérito por entrevista conclui que um dos principais motivos que levou as pessoas a escolherem o SI para desenvolver a sua atividade económica, é a falta de emprego, e que alguns alegam que esta atividade gera rendimento, mas para maioria este rendimento não é suficiente para satisfazer as suas necessidades socioeconómicas.

A autora refere ainda que o MI contribui para o crescimento económico do país, pois apesar dos trabalhadores informais não pagarem os impostos e as suas receitas não serem consideradas ou incluídas nas despesas públicas, eles geralmente compram produtos provenientes das empresas que atuam no setor formal, e contribuem indiretamente para o CE.

Essas conclusões reforçam a ideia de que o MI contribui sim para a formação do PIB e para o CE de um país.

Com efeito, para Diniz (2006, p. 316), a existência do MI beneficia tanto os consumidores como os produtores.

No entanto, Diniz (2006, p. 317), refere que os MI podem emergir e florescer em toda e qualquer economia, seja em países de economia centralizada, em países em vias de desenvolvimento, como até mesmo em países desenvolvidos e; que é geralmente, tratado ou conhecido por economia subterrânea.

Diniz (2006, p. 319), aponta ainda que:

Os MI permitem alguns benefícios mútuos obtidos através da eliminação da regulação e dos impostos que ocorrem nos MF;

Os MI podem também reduzir o número de transações dos MF evitando os efeitos da distorção de políticas implementadas em MF; e,

Se há benefícios das distorções introduzidas no MF, tais como: impostos a pagar para financiar despesas públicas, então os MI que reduzem a dimensão do MF podem ter como consequência a redução do bem-estar.

Os autores acima divergem-se claramente no diz respeito ao efeito ou contributo do MI no PIB, referindo uns que o MI não contribui para os valores do PIB e os outros que o MI contribui de forma indireta para a formação do PIB, ou seja, para o CE.

2.4. O SETOR INFORMAL

Segundo Diniz (2006, p. 315), o SI existe em paralelo ao SF, que é a parte da economia que segue as regras, operando em concordância com a lei.

Com efeito, o autor acima citado, refere que os produtos (bens e serviços) criados no SI, de modo geral, são similares aos produzidos no SF; se diferenciando essencialmente pela forma como são produzidos, ou seja, pelo processo de produção, e de comercialização, e não pelas características propriamente.

Para Diniz (2006, p. 315), o MI não deve ser conotado com pobreza, exploração e marginalidade (cada um deles descrevendo uma condição), mas antes deve ser visto como um processo que pode gerar tanto rendimentos elevados como baixos, envolvendo muitas empresas independentes, assim como trabalhadores com baixas qualificações, e podendo ter uma contribuição significativa para a produção total do país.

No caso das atividades que procuram o lucro e estão no SF, os empresários tentam influenciar as instituições a criarem restrições ao comportamento económico individual não formal. Pelo contrário, as AI tentam efetuar transações para além das leis, regras ou outras instituições que as possam de algum modo restringir. Com efeito, a AI é uma atividade que cria rendimento evadindo-se da lei (Diniz, 2006, p. 315).

Em suma, Diniz (2006, p. 319), refere que o SI ocorre quando a regulação, os impostos, ou outra qualquer distorção que não permite que alguns fornecedores e consumidores compitam obtendo benefícios mútuos.

2.5. DIFERENÇAS ENTRE O SETOR FORMAL E O SETOR INFORMAL

Tabela 1 – Apresentação sintética de algumas diferenças entre os sectores formal e informal

Diferenciação do ponto de vista:	Formal	Informal
Arranque da atividade	Dependentes de autorização oficial	Depende apenas da iniciativa pessoal
Organização	Sociedades constituídas de forma legal	Individual ou familiar, livre e flexível.
Instalações	Obrigatórias	Geralmente inexistentes
Capital de Investimento	Elevado	Baixo

Diferenciação do ponto de vista:	Formal	Informal
Capital de reserva	Essencial	Geralmente inexistente
Tecnologia	Importada e de alto nível ou reproduzida localmente	Inexistente ou primitiva e adaptada
Trabalho	Reduzido em relação ao volume e ao valor da produção	Abundante, sem especialização
Salário e vínculo	Ao abrigo de contrato de trabalho segundo normas legais	Acordado entre pessoas, sem vínculo
Armazenamento	Grandes quantidades e/ou boas qualidades	Quando muito, pequenas quantidades e de fraca qualidade
Preços	Tabelados oficialmente	Objeto de negociação
Crédito	Operações bancárias; empréstimos ou subsídios estatais; investimentos estrangeiros	Pessoal ou familiar; recurso a instituições tradicionais (associações de poupança e crédito, e banqueiros do povo)
Margem de lucros	Pequena por unidade, mas alta pelo volume de negócios, capitalização	Elevado por unidade, mas pequena por volume de negócios; capitalização rara
Custos fixos	Substanciais	Não contabilizados
Contabilidade e apresentação de contas	Ambas obrigatórias por lei	Inexistentes ou, quando muito, a primeira em moldes rudimentares
Reciclagem de desperdícios	Raramente	Muito frequente
Publicidade	Importante e intensiva, por meios próprios ou por via da mídia	De pessoa a pessoa, quando existe
Legalidade dos fornecedores de bens e serviços	Sociedades legalmente constituídas	Sociedades legalmente constituídas e sociedades ou fornecedores não constituídos dentro da legalidade
Dependência do exterior	Grande, com contratos	Pequena ou nenhuma

Fonte: Amaral, (2005, p. 59)

2.6. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INFORMALIDADE

Para alguns autores, a informalidade pode sim gerar benefícios ou determinadas vantagens, isto é, ter impactos positivos na economia. Para outros, a informalidade é vista como algo negativo e que não traz benefícios. No entanto, há também autores que defendem que a informalidade pode gerar tanto impactos positivos como negativos, ou seja, pode gerar vantagens e desvantagens para os envolvidos.

De acordo com a OIT (2014, p. 14), as empresas e os trabalhadores informais geralmente, não pagam os impostos [...] a falta de pagamento de impostos e contribuições, por vezes são muito significativas [...] quando privados de receitas públicas, o governo vê-se limitado no seu espaço fiscal e na capacidade de alargarem os regimes de proteção social e de outros sistemas que são vitais para o desenvolvimento nacional, tais como sistemas de saúde e educação e de infraestruturas.

Segundo a OIT (2014, p. 14), as empresas sem registos e regulamentações, não cumprem geralmente com os seus deveres tributários e com os direitos dos seus trabalhadores, privando-os de diversos benefícios e deixando-os desprotegidos.

Além de limitar ao estado a capacidade de oferta de serviços públicos, tais como educação, saúde, infraestruturas e segurança, a informalidade pode deixar o TI muito vulnerável, podendo privá-lo dos benefícios de segurança social em caso de gravidez, invalidez, desemprego, aposentadoria, apoio aos familiares, entre outros, pelo facto de não ter contribuído.

De acordo com a OIT (2006, p. 9), apesar dos trabalhadores inseridos no MI estarem sujeitos e expostos a muitos riscos, os mesmos não recebem normalmente a devida proteção de que tanto precisam por parte do estado e da entidade patronal, e tão pouco recebem os benefícios da segurança social.

Além disto, segundo a OIT (2014, p. 13), a maioria das unidades económicas no MI, têm dificuldades para ter acesso ao crédito e ao capital, têm dificuldades em fazer cumprir os seus direitos contratuais, quando existentes, junto ao sistema judicial, e não conseguem facilmente ou não conseguem mesmo aceder a estruturas (infraestruturas) e mercados públicos.

No entanto, apesar das desvantagens acima citadas, informalidade é vista por muitos com bons olhos pelo facto criar empregos e suprir a falta de empregos gerada ou existente no MF. A maior vantagem da informalidade para os TI, parece ser a possibilidade de ter um rendimento na ausência de um emprego formal e registado.

Segundo a OIT (2006, p. 8) [...] a EI por ser de acesso relativamente fácil possibilita que as pessoas tenham empregos e por conseguintes rendimentos, ainda que estas pessoas não estejam devidamente qualificadas ou não sejam devidamente instruídas,

ou até mesmo sem terem muitos recursos financeiros ou técnicos para investir ou empreender. É referido ainda que a EI possibilita também a satisfação das necessidades dos consumidores mais desfavorecidos, lhes proporcionando produtos acessíveis a preços relativamente baixos.

De acordo com a OIT (2006, p. 7), a “EI” comporta trabalhadores que se não estivessem nele inserido não teriam um emprego e nem tão pouco rendimentos, especialmente nos países em vias de desenvolvimento, onde há muita mão-de-obra disponível e um crescimento acelerado dela.

No presente estudo, as principais vantagens e benefícios da informalidade apresentadas pelos inqueridos são: emprego alternativo, garantir algum rendimento, garantir sustento da família, liberdade financeira, liberdade no horário de trabalho, rendimento diário, trabalhar por conta própria, controlo/gestão do negócio, maior rendimento, trabalhar por conta própria, e não pagar impostos.

3. O MERCADO INFORMAL SANTOMENSE

3.1. O ESPAÇO FÍSICO ONDE SE DESENVOLVE O MERCADO INFORMAL

O MI pode ser observado em quase todo o território nacional, com maior destaque para o distrito de Água Grande, que também é onde se encontra a capital do país, onde o volume e o fluxo de AC são bem maiores do que nos outros distritos.

Uma grande parte do MI é vista nas ruas da cidade capital do país, com a participação maioritariamente de mulheres, que são na sua maioria chefes das famílias, (mães e pais do seu lar).

Segundo Espírito Santo (2008), “o setor informal na área urbana está localizado em dois terços do capital e envolve cerca de 1000 micro e pequenas empresas dedicam ao comércio e cerca de 775 ligados à produção de bens e serviços (exceto os transportes)”. O mesmo autor reforça que o setor empregou cerca de 3150 pessoas nas áreas urbanas, e na maioria autoemprego e, representou cerca de 60% do PIB do país em 1997.

Segundo o autor referido no parágrafo anterior, o SI é de vital importância para a economia santomense na medida que controla a rede de abastecimento e de distribuição de bens e serviços de primeira necessidade e também quer no ponto de vista económico como social, o mercado informal faz mexer a sociedade santomense. Nele, as mulheres chefe de família desempenham um papel crucial, embora não existam estatísticas disponíveis que indiquem que elas constituem a grande maioria dos que se dedicam às atividades neste setor.

3.2. ATIVIDADES/PROFISSÕES E PRODUTOS MAIS FREQUENTES

No MI Santomense pode-se observar vários tipos de mercadoria, sendo que a maior parte dos artigos comercializados são importados, e uma parte produzidos localmente.

Em São Tomé e Príncipe são realizadas inúmeras atividades no MI. As atividades ou profissões mais frequentes são: palaiês, pescadores, candongueiros, cambistas, motoqueiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates, cabeleireiros, agricultores, sapateiros, serralheiros, pequenas atividades artesanais entre outras.

Com efeito, das atividades ou profissões acima mencionadas, este trabalho contém uma pequena caracterização das consideradas seis em maior destaque no país.

3.2.1. CAMBISTAS

Os cambistas são indivíduos que exercem trocas de moedas (estrangeira para dobra e de dobra para moedas estrangeiras). Ganham uma percentagem concorrencial mais favorável ao cliente, comparativamente aos bancos na aquisição de dobras contrariamente o que acontece com aquisição de moedas estrangeiras.

A maioria dos cambistas realiza as suas atividades geralmente nas principais ruas de São Tomé, capital de São Tomé Príncipe. Normalmente estes realizam as suas atividades em pequenos agrupamentos, entre 10 e 20 pessoas, sendo que cada grupo atua numa determinada área das ruas da capital que se pode considerar como sendo um ponto fixo.

Com uma grande dependência do turismo, que normalmente aumenta o fluxo de câmbio e, por conseguinte, o rendimento dos cambistas, o câmbio de moedas é uma atividade essencialmente realizada por homens e, vem aumentando cada vez mais em São Tomé e Príncipe.

3.2.2. CANDONGUEIROS

Os candongueiros são pessoas que se dedicam às vendas dos produtos no mercado informal atuando isoladamente ou em grupo com base em bens de consumo imediato, sendo que os seus artigos são geralmente bens importados como géneros alimentícios, vestuários, calçados, medicamentos, perfumes e diversos outros.

Tendo como maior ponto de atuação as principais ruas de São Tomé e arredores, alguns candongueiros realizam as suas atividades em determinados pontos fixos e outros o fazem em constante circulação pelas ruas e pelas diversas localidades do país. Esta atividade é normalmente praticada tanto por homens como por mulheres.

3.2.3. MOTOQUEIROS

É uma das atividades informais mais recentes, praticada maioritariamente pelos jovens do sexo masculino em São Tomé Príncipe, sendo que estes prestam o mesmo serviço que os taxistas, isto é, transportam pessoas e mercadorias de um lado para outro.

Todavia, os motoqueiros conseguem ter acesso a determinadas vias e ruas, que pelas suas dimensões extremamente reduzidas não permite acesso a carros e veículos

maiores, criando desta forma mais facilidades na deslocação de um lado para outro, quando comparado com os taxistas por exemplo.

Estando em um crescimento evidente em São Tomé Príncipe, esta atividade é vista por muitos como o “refúgio” para suprir as suas necessidades básicas, essencialmente pelos jovens.

3.2.4. PALAIÊS

Sendo geralmente pessoas do sexo feminino, as palaiês comercializam diversos produtos geralmente nacionais, como peixe, matabala, banana, vinho da palma, buzio, tomate e outros produtos nacionais.

Normalmente as palaiês compram a maioria dos produtos comercializados na mão de produtores nacionais para depois revendê-los à um preço maior, e obterem lucros. No entanto, algumas recebem-nos dos produtores e vendem-nos à um preço combinado, geralmente o preço praticado pela maioria no mercado, e depois recebem um salário ou comissões pelas mercadorias vendidas.

As palaiês encontram-se espalhadas por todo o país. Elas realizam as suas atividades em todas localidades do país com maior incidência na capital de São Tomé e Príncipe e nas localidades litorais normalmente piscatórias. Um pouco à semelhança dos candongueiros, as palaiês comercializam os seus produtos em locais fixos e, também o fazem em constante circulação pelas diversas ruas e localidades do país.

3.2.5. PESCADORES

Os pescadores são indivíduos normalmente do sexo masculino que realizam a pesca; que capturam e comercializam produtos como peixes, polvos, camarões, caranguejos, etc; sendo as pescas realizadas essencialmente no mar.

Encontram-se geralmente nas localidades litorais do país, e comercializam os seus produtos nas suas localidades e também no litoral da capital do país geralmente para as palaiês e a população em geral. Por outro lado, fornecem os seus produtos também para alguns supermercados que posteriormente revende-nos à população em geral.

Realizam as suas atividades utilizando geralmente pequenos barcos, botes e canoas, sendo que as canoas são geralmente de madeiras e produzidas localmente normalmente de forma artesanal.

3.2.6. RETALHISTAS

São indivíduos que realizam vendas a retalho, e à semelhança dos candongueiros, a maioria dos produtos comercializados por eles são importados. Porém, diferentes destes, geralmente possuem um local fixo para comercialização dos seus produtos (lojas, quitandas, barracas) e também podem apresentar um volume de venda maior e mais consistente.

As vendas a retalho são realizadas em todas as regiões habitadas de São Tomé e Príncipe, sendo praticada tanto por homens como por mulheres.

3.3. NÍVEL SOCIAL DOS QUE EXECUTAM

A situação de pobreza e desemprego vivida em São Tomé e Príncipe leva muitos a recorrerem aos trabalhos informais com o objetivo de obterem algum rendimento para satisfação das suas necessidades básicas.

Os jovens são os mais afetados pelo desemprego e pelo subemprego. Um estudo recente realizado pela UNICEF refere que 63,8% da faixa etária dos 18-24 anos seriam candidatos ao emprego. Estes números parecem coerentes com os dados do INE que referem que o grupo dos 15-34 anos representa aproximadamente 69% dos desempregados. A falta de qualificação aparece claramente como uma das causas do desemprego juvenil (Carvalho, 2019, p. 27).

O facto de São Tomé e Príncipe ter uma população maioritariamente jovem, pode ser também uma justificativa para a grande incidência da situação de pobreza e desemprego vivida pela camada juvenil no país.

Com efeito, AHODEKON (2015, p. 1), também refere que os mais jovens são os mais afetados pelo desemprego comparativamente com os mais adultos, sendo quase um terço dos desempregados (32,7%) menores de 24 anos e um pouco mais da metade deles (59,6%) menores de 34 anos. De acordo com o autor, isto deve-se essencialmente a fatores como o crescimento da população, e falta de oferta de empregos.

De acordo com dados obtidos que se obteve, atualmente os trabalhadores informais, são maioritariamente jovens com idade igual ou inferior a 35 anos, sendo a maioria de Água Grande, que é distrito mais populoso do país, têm pelo menos o ensino secundário incompleto e, um rendimento médio mensal entre 1000 STD (40.82€) e 3000 STD (122.45€).

É de ressaltar também que grande parte dos trabalhadores informais são independentes, ou procuram na maioria das vezes ter uma relação de muito pouca dependência relativamente a quem os emprega.

3.4. IMPACTO DIRETO DO MERCADO INFORMAL NO AUMENTO DO RECURSO DO ESTADO

Segundo Carvalho (2019, p. 28), a economia de São Tomé e Príncipe tem vindo a crescer a um ritmo superior a 4% ao ano, por outro lado, o País adotou recentemente uma nova visão de desenvolvimento sustentável no horizonte 2030, apostando em áreas como as infraestruturas, a agricultura, o turismo e a pesca. O crescimento económico e visão estratégica são fundamentais para a criação de emprego. No entanto, eles não são suficientes.

A autora refere ainda que desta forma o Estado deve traçar metas e estratégias de modo a permitir que possam desenvolver suas atividades no lugar seguro que não ponham em causa as vidas das mesmas e dos consumidores.

De acordo com Trindade (2018, p. 38), o MI é um setor com pouco rigor contributivo a nível da arrecadação fiscal, e requer implementação de políticas mais rigorosas como meio de arrecadar uma percentagem maior de receitas neste setor.

O MI pode ter impactos tanto positivos como negativos na economia. De forma positiva, a partir da criação de muitas pequenas empresas ou estabelecimentos informais até o surgimento grandes empresas e empreendimentos, criando postos de trabalho, reduzindo o desemprego e também contribuindo assim para a economia do país. Negativamente o MI pode não contribuir diretamente e da forma mais eficiente para o aumento da receita do Estado, por não ir em cumprimento das suas obrigações.

3.5. SAÍDAS POSSÍVEIS PARA ORGANIZAÇÃO DO SECTOR INFORMAL

O número existente de empresas tanto públicas como as privadas, não é suficiente para absorver toda a procura de trabalho e, também gerar rendimentos suficientes que permitissem ao estado arrecadar receitas para fazer face às suas necessidades. De acordo com Carvalho (2019, p. 29), o Estado acaba por não conseguir assumir e assegurar toda a função de garantir segurança social e todo o funcionalismo público eficiente e eficaz de forma digna, deixando a economia informal, a seu livre-arbítrio.

O SI, apesar de gerar rendimentos para suprir as necessidades de muitos cidadãos, não lhes garante ou proporciona benefícios sociais, o direito a proteção na doença, invalidez, velhice, viuvez, orfandade e noutros casos previstos na lei, que SF é capaz de oferecer.

A criação de infraestruturas, estruturas de mercados adequadas e implementação de sistemas (essencialmente ligados à base de dados) facilitarão imenso o Estado a combater a informalidade. Com esses mecanismos, o alargamento da base tributária, através de inscrição e controlo de novos contribuintes, que é uma ferramenta de controlo e de diminuição da informalidade, seria mais fácil de ser alcançado.

Com efeito, o turismo, a agricultura e as pescas serão as apostas do Governo para fazer crescer a economia e gerar mais e melhores oportunidades de emprego. E a implementação de mecanismos e sistemas adequados permitirá arrecadar mais eficientemente receitas de todo e qualquer setor, ou seja, a execução de políticas fiscais e, incentivará cada vez mais apostas e investimentos.

De acordo com Ferreira (2016), em São Tomé e Príncipe o Governo pretende alcançar os seguintes objetivos estratégicos no médio e longo prazo para a redução da informalidade:

- i. Reduzir a informalidade e identificar o tecido empresarial formal, estabelecendo-se como meta ultrapassar as 5 000 empresas formais ativas até 2024;
- ii. Promover o crescimento da economia através do desenvolvimento do setor privado, para que o PIB per capita possa ser duplicado em 10 anos (de 1 700 USD atuais para 3 400 USD até 2024);

- iii. Aumentar a contribuição do sector privado na geração de empregos, de modo que o setor privado passe a responder por pelo menos 60% dos empregos do país em 2024;
- iv. Aumentar as exportações de bens e serviços, para que o seu peso no PIB do país possa ultrapassar a linha dos 20% até o final da presente legislatura;

A legalização dos que praticam o CI, é fundamental para que o Estado possa saber da sua existência, e para que estes possam contribuir de uma forma direta para as receitas do Estado através do pagamento dos impostos o IRS e o IRC essencialmente.

4. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos do trabalho foram estabelecidas as seguintes estratégias de recolhas de dados: a análise documental e os inquéritos por entrevista e questionário.

A enunciação descritiva da metodologia mostra-se extremamente relevante pois dela, poderá depender a credibilidade a ser atribuída a todo o processo de investigação, aferida pela fidelidade e validade.

Assim, passamos a descrever a metodologia a utilizada, conscientes, no entanto, de que, tal como (Simões, 1990, p. 48) afirmou “não há métodos perfeitos, sejam eles quantitativos ou qualitativos, [...] sendo em relação a um problema particular que um deles pode melhor adequar-se.”

4.1. NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO E ENQUADRAMENTO PARADIGMÁTICO

De acordo com os objetivos a que nos propomos, pareceu-nos apropriado que a investigação assumisse a natureza qualitativa.

Segundo Bodgan & Biklen (1994, p. 48):

A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. [...]. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registos oficiais. [...]. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos.

Por sua vez, Godoy A. S. (1995, p. 62)”. Refere que os estudos qualitativos se focam essencialmente em estudar o mundo empírico num ambiente o mais natural possível, sendo o contato direto do investigador com o objeto, ambiente ou a situação a ser estudada, extremamente importante.

Relativamente ao enquadramento paradigmático, pensamos que o paradigma interpretativo da realidade se afigura como o mais adequado.

O presente paradigma tem como propósito interpretar para só depois compreender a realidade social e conferir um significado aos factos. De acordo com Coutinho (2014, p. 17), o paradigma interpretativo “pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo [...] pelas de compreensão, significado e ação”.

4.2. PARTICIPANTES

Os participantes da presente investigação são um representante da instituição responsável pelo controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) em São Tomé e Príncipe, e palaiês, pescadores, candongueiros, cambistas, motoqueiros, retalhistas sendo estas as seis atividades ou profissões onde a informalidade vem sendo mais frequente ou se destacando mais.

Dados os objetivos propostos, propusemos inquirir por meio de entrevistas os dirigentes (diretores, gestores e demais dirigentes) de instituições estritamente ligadas ao controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) em São Tomé e Príncipe, logo após a identificação das referidas instituições, sendo este um dos objetivos específicos do trabalho, e inquirir por meios de questionários pessoas que exercem informalmente as atividades referidas no parágrafo anterior.

As características gerais dos inqueridos por questionários são apresentadas no 5.2.1. do capítulo seguinte.

O inquirido por entrevista é um indivíduo do sexo masculino, licenciado em Engenharia de Hidrocarboneto e Química, sendo a presente licenciatura feita em cuba. Além disso, o entrevistado afirma possuir também formação no âmbito da informalidade; formação no âmbito de inspeção, fiscalização, e controlo de AE, promovido pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE-Portugal). O entrevistado é o representante (diretor) da instituição onde se realizou a entrevista, sendo a presente instituição apresentada no ponto 4.2.1..

4.2.1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Em função do decreto-Lei n.º 41/2009 do Diário da República de São Tomé e Príncipe, é criada em abril de 2009 a Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas, abreviadamente designada por DRCAE, vinculada ao Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, substituindo assim a extinta Inspeção das Atividades Económicas.

A DRCAE é um órgão com competência nacional, tendo como missão/objetivo central promover a regulação, o controlo e a fiscalização de todas as atividades económicas realizadas sobre o território nacional ou com elas relacionadas.

A DRCAE prossegue ainda as seguintes atribuições:

- a) Velar pelo cumprimento das Leis, regulamentos, despachos e instruções no âmbito da defesa da economia nacional, organizando a prevenção e promovendo a repressão dos delitos contra a economia e saúde pública;
- b) Emitir pareceres científicos e técnicos, recomendações e avisos, nomeadamente em matérias relacionadas com a nutrição humana, saúde bem-estar animal, fitossanidade e organismos genéticos modificados;
- c) Recolher e analisar dados que permitam a caracterização e avaliação dos riscos que tenham impacto, direto na segurança alimentar, assegurando a comunicação pública e transparente dos riscos e promovendo a divulgação de informação sobre segurança alimentar junto aos consumidores;
- d) Proceder a avaliação dos riscos alimentares, nomeadamente os relativos aos novos alimentos e ingredientes alimentares, bem como dos riscos inerentes à saúde e bem-estar animal e à alimentação animal;
- e) Promover a criação de uma rede de intercâmbio de informação entre entidades que trabalham nos domínios das suas competências;
- f) Propor a definição de estratégias da comunicação dos riscos em matéria de segurança alimentar, tendo em consideração os conteúdos, os meios e os grupos-alvo da população;
- g) Promover ações de natureza preventiva e repressiva em matéria de infração contra a qualidade, genuinidade, composição, aditivos alimentares e outras substâncias e rotulagem dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais;
- h) Fiscalizar a oferta de produtos e serviços nos termos legalmente previstos, tendo em vista garantir a segurança e saúde dos consumidores;
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações legais dos agentes económicos;
- j) Proceder a fiscalização de todos os locais onde se procede a qualquer atividade industrial, comercial, agricultura, pecuária, de abate, piscatória, incluindo a atividade de pesca lúdica, de promoção e organização de campos de férias ou de prestação de serviço, designadamente de produção acabadas e ou intermédios, armazéns,

escritórios, meios de transporte, entrepostos frigoríficos, empreendimentos turísticos, agências de viagens, empresas de animação turística, estabelecimento de restauração e bebidas, cantinas e refeitório, clínicas dentárias, clínicas veterinárias, recinto de diversão ou de espetáculo, infraestruturas equipamentos, espaços vos, portos, aerogares, hotéis, pensões, restaurantes, bares, gares, cais de embarque e desembarque, portos e aeroportos e similares, sem prejuízo das competências atribuídas por Lei a outras entidades;

k) Executar em colaboração com outros organismos competentes, as medidas destinadas a assegurar o abastecimento do País em bens e serviço considerados essenciais, tendo em vista prevenir situações de açambarcamento;

l) Promover e colaborar na divulgação da legislação sobre o exercício dos diferentes setores da economia cuja fiscalização lhe esteja atribuída junto das associações de consumidores, associações empresariais, associações agrícolas e das pescas, organizações sindicais e agentes económico;

m) Promover a divulgação dos resultados da atividade operacional de fiscalização, sem prejuízo das regras inerentes ao segredo de justiça;

n) Proceder à investigação e instrução de processos por contraordenação cuja competência lhe esteja legalmente atribuída, bem como arquivá-lo sempre que se verificar que os factos que constam dos autos não constituem infrações ou não existam elementos de prova suscetíveis de imputar a prática da infração a um determinado agente;

o) Colaborar com as autoridades jurídicas nos termos do disposto no Código de Processo Penal, procedendo a investigação dos crimes cujas competências lhe seja especialmente atribuída por Lei;

p) Colaborar com os órgãos competentes no combate a fraude fiscal.

A DRCAE tem a sua sede na Cidade de São Tomé e uma delegação junto do Governo da Região Autónoma do Príncipe, sendo que o âmbito de ação abrange todo o território nacional.

Enquanto entidade nacional responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar e autoridade coordenadora do controlo oficial dos géneros alimentícios,

enquanto ainda a entidade fiscalizadora das atividades económicas, a DRCAE exerce a sua atividade em todos os domínios da vida social.

Atualmente localizada na Rua Ex – João de Deus - CP. 233 – S. Tomé, a DRCAE conta a 23 quadros.

A DRCAE é dirigida por um Diretor que é coadjuvado por um Diretor Adjunto, ambos nomeados pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, sob proposta do Ministro da tutela.

Relativamente à estrutura orgânica, para a prossecução das suas atribuições, a DRCAE está estruturada em dois departamentos: o Departamento de Apoio Geral e o Departamento de Fiscalização. A Direção compreende ainda um Gabinete de Deontologia e Disciplina e um de Assessoria Jurídica.

Concernente às receitas, a DRCAE dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral do Estado.

A DRCAE dispõe ainda das seguintes receitas próprias: o produto de serviços prestados; o produto da venda de publicações; o produto das coimas cobradas em processos de contraordenação; os subsídios, subvenções, participações, doações e legados de entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; e quaisquer outras receitas que por Lei, contrato ou a qualquer outro título, lhe sejam atribuídas.

As receitas próprias devem ser cobradas nos termos do Sistema Administrativo e Financeiro do Estado (SAFE) e devem ser depositadas na conta bancária única do Estado o mais tardar no dia útil seguinte ao da cobrança.

Já no que se refere às receitas, constituem despesas da DRCAE as que resultem dos encargos e responsabilidades decorrentes da prossecução das suas atividades.

4.3. PROCEDIMENTOS

A primeira fase da investigação consistiu na definição dos objetivos do presente trabalho e na escolha do método ou métodos que fossem mais adequados ou viáveis para levar-nos a atingir os objetivos estabelecidos.

A segunda fase da investigação consistiu na recolha de dados no terreno. Para o efeito, foram produzidos questionários destinados aos participantes, sendo um inquérito por entrevista e trezentos inquéritos por questionário.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 195):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Ainda segundo os autores acima citados:

Questionário é um instrumento ou meio utilizado para colher ou obter dados, contendo um conjunto de questões geralmente ordenadas, na qual os inqueridos devem responder por escrito e normalmente sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (p.201).

Com efeito, antes de partirmos para o terreno, para recolhermos os dados, fomos à instituição identificada segundo os nossos objetivos e pedimos uma audiência com o dirigente, e assim que este se dignou receber-nos, expomos a nossa intenção de realizar a entrevista como parte de uma investigação e dos seus respetivos fins, bem como a importância do respetivo estudo. Indicamos o nosso vínculo institucional, e garantimos também a confidencialidade e o anonimato do participante.

A aplicação do inquérito por entrevista, tinha como propósito identificar as autoridades responsáveis pela fiscalização, controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) em São Tomé e Príncipe; perceber como elas funcionam e colaboram entre si para resolver a problemática do MI; verificar a existência ou não de sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controlo e a regulação do MI por parte das autoridades competentes; bem como aferir a opinião dos representantes das instituições responsáveis pela fiscalização, controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) relativamente ao que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou trabalhos informais.

Durante as entrevistas foram abordadas questões como: “A vossa instituição possui sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controle e a regulação do mercado e, por conseguinte, a formação e o aumento do mercado informal? Quais?”; “A vossa instituição realiza a fiscalização, o controle e a regulação do mercado em colaboração com outras instituições? Quais?”, entre outras questões.

A entrevista ao sujeito 1 realizou-se no dia 17 de fevereiro de 2020, e decorreu ao longo de um período de aproximadamente 25 minutos.

Após o entrevistado ter dado o seu consentimento informado, foi-lhe solicitado a autorização para gravarmos a entrevista, tendo-lhe assegurado o anonimato e o caráter confidencial das informações prestadas.

Para a gravação da entrevista foi utilizado um aparelho telefónico, sendo o mesmo da marca SAMSUNG.

A entrevista foi realizada em sala fechada e silenciosa da instituição em que o entrevistado trabalhava.

Relativamente aos inquéritos por questionário, foram impressos e aplicados um total de trezentos (300) questionários ao público referido anteriormente no ponto 4.2..

Estes questionários foram aplicados com o propósito de avaliar as opiniões dos inquiridos e confrontá-las, e ver até que ponto elas se assemelhavam de modo a serem mais consistentes possível, produzindo dessa forma informações que nos ajudassem a chegar mais consistentemente a conclusões essencialmente no que respeita as razões que levam as pessoas a recorrerem ou se ingressarem no MI, entre outras questões.

Os inquéritos foram aplicados em várias regiões do país, tendo sido necessárias quase quatro semanas para aplicá-los a todos, sendo entre fevereiro e março de 2020.

4.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Utilizamos como instrumento de recolha de dados, guião de entrevista e questionários tendo como técnica correspondente inquérito por entrevista e questionário, e recorreremos também a análise/pesquisa documental suportada por literaturas e bibliografias de obras e artigos de diversas fontes.

4.5. PROCESSO DE AMOSTRAGEM E TAMANHO DE AMOSTRA

De acordo com o diretor da instituição na qual foi realizada a entrevista mais da metade da população ativa de São Tomé e Príncipe atua informalmente no mercado, não tendo indicado um valor estimado. Já segundo AHODEKON (2015, p. 1), cerca de 75,7% da população ativa santomense opera na EI, tendo como referência os dados do último

censo realizado pelo INE em 2012 em que a população ativa do país era de 65152 pessoas.

Com base nessas informações/dados, para a seleção da amostra, isto é, para a determinação do tamanho da amostra, utilizou-se a fórmula apresentada abaixo. Sendo que num universo de 49320 pessoas, equivalente à 75,7% do número da população ativa em São Tomé e Príncipe (65152), segundo os dados do INE apresentados no último censo realizado pelo mesmo em 2012, determinou-se uma amostra de 99.79765, isto é, uma amostra de 100 pessoas.

Dados

n_o - aproximação ou seja margem de erro = 100

Erro (E_0) = 10%

n – total de amostra = 99.79765

N – total de população= 49320

Resolução

$$n_o = \frac{1}{(E_0)^2}$$

$$n_o = \frac{1}{\left(\frac{10}{100}\right)^2} = 100$$

$$n = \frac{N * n_o}{N + n_o} = n = \frac{49.320 * 100}{49.320 + 100} = 99,79765$$

4.6. TRATAMENTO DE DADOS

Em função da natureza que a nossa investigação assumiu, a qualitativa, pareceu-nos mais adequado optar pela análise de conteúdo para o tratamento de dados. Sendo que a análise de conteúdo de acordo com Coutinho (2014, p. 217), “permite analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar ou quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados chave que possibilitem uma comparação posterior [...]”.

A análise de conteúdo no presente trabalho investigação foi realizada segundo as etapas e ordem da análise de conteúdo apresentadas por Bardin (1977).

A primeira etapa da análise do conteúdo, de acordo com Bardin (1977, p. 95) é a pré-análise. Segundo a autora nesta fase os investigadores devem organizar e sistematizar as ideias iniciais nas seguintes etapas: leitura flutuante, escolha de documentos, formulação de objetivos e, hipóteses e a formulação de indicadores.

Em seguida, temos a exploração do material que segundo Bardin (1977, p. 101), é uma fase que consiste fundamentalmente em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de objetivos, hipóteses e regras previamente formuladas e definidas.

E por último, a terceira etapa de acordo com Bardin (1977, p. 101) refere-se ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Segundo a autora nesta etapa os resultados brutos são tratados de modo a se tornarem significativos e válidos; mediante operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial) que permitam estabelecer quadro de resultados, diagramas, figuras e modelos, condensando e colocando em relevo as informações fornecidas pela análise.

Ainda de acordo com a autora, os resultados obtidos devem ser submetidos a provas estatísticas e testes de validação para que tenham um rigor maior.

A autora refere ainda que, uma vez que tenha à sua disposição resultados significativos e fiéis, o analista pode propor inferências e adiantar interpretações acerca dos objetivos previstos, ou sobre outras descobertas inesperadas.

5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo pretende-se demonstrar as informações recolhidas nos inquéritos por entrevista e questionário.

5.1. RESULTADO DE INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Como referido anteriormente, a aplicação do inquérito por entrevista, tinha como objetivo identificar as autoridades responsáveis pela fiscalização, controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) em São Tomé e Príncipe; perceber como elas funcionam e colaboram entre si para resolver a problemática do MI; verificar a existência ou não de sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controlo e a regulação do MI por parte das autoridades competentes; bem como aferir a opinião dos representantes das instituições responsáveis pela fiscalização, controlo e a regulação das atividades mercantis (atividades comerciais) relativamente ao que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou trabalhos informais.

O inquérito por entrevista foi realizado apenas numa instituição, descrita no ponto 4.2.1. no capítulo de metodologia, e abaixo se seguem os principais resultados decorrentes do presente inquérito.

Tabela 2 - Relacional da instituição, sujeito de investigação e respetiva função.

Instituição	Sujeito de investigação	de Função
Instituição A	S1	Cargo Diretivo

Tabela 3 - Análise de Conteúdo da entrevista com sujeito 1

Perguntas	Construções de proposições
<p>P3: Na sua opinião, o que leva as pessoas a recorrem às atividades ou trabalhos informais no País?</p>	<p>R: Na minha opinião as pessoas recorrem às atividades informais por diversas razões, entre elas a falta de emprego, a necessidade de ter rendimentos para fazer face as suas necessidades, a falta de informação, o nível de escolaridade etc...</p>
<p>P4: Que fatores, na sua opinião, tem contribuído para o aumento das atividades comerciais informais?</p>	<p>R: Falta de incentivos para formalizar as atividades comerciais, falta de conhecimento, falta de recursos por parte das instituições responsáveis para fazer o devido controlo e fiscalização das atividades, o crescimento da população...</p>
<p>P5: A vossa instituição possui sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controle e a regulação do mercado e, por conseguinte, a formação e o aumento do mercado informal? Quais?</p>	<p>R: A nossa instituição funciona com base em algumas leis e decretos-lei, como por exemplo o decreto-lei 14/2012 que fixa ou define a margem de lucros para produtos alimentares de base, isto é, para cesta básica. Com efeito, também realizamos inspeções, fiscalizações e sensibilizações com o intuito de combater e diminuir a informalidade. Todavia, a falta de meios materiais, humanos, financeiros entre outros, dificultam a nossa tarefa não nos permite fazer face ao mercado informal e ao seu visível crescimento.</p>
<p>P6: Que medidas a vossa instituição tem tomado e/ou pensa em adotar para fazer face ao crescimento das atividades comerciais informais no país?</p>	<p>A nossa instituição tem procurado junto com Direção do Comércio (DC), a Direção das finanças (DF), a Câmara do Comércio (CC) e Câmara Distritais, implementar medidas e estratégias que possam combater o crescimento das atividades comerciais informais, tais como aplicação de multas (coimas) aos que operam de forma ilegal ou inadequada no mercado o mesmo o encerramento da atividade realizada e, também temos feito sensibilizações.</p>

Perguntas	Construções de proposições
<p>P7: A vossa instituição realiza a fiscalização, o controle e a regulação do mercado em colaboração com outras instituições? Se sim, quais?</p>	<p>R: Bem... a fiscalização, o controlo e regulação do mercado têm sido essencialmente tarefas da responsabilidade da nossa instituição. A inspeção das atividades económicas é fundamentalmente realizada pela DRCAE. Entretanto, há sim cooperações e colaboração com outras instituições como a Direção da Pecuária (DP), o CIAT, a Polícia Nacional de S. Tomé e Príncipe (PNSTP), embora seja muito limitada e restrita, atuando cada instituição na sua área e de forma específica. Por exemplo a DP ajuda no controlo e inspeção de carnes comercializadas; o CIAT colabora com análises laboratoriais dos produtos e a PN mais na questão de ordem pública</p>
<p>P8: Quais as atividades comerciais informais mais frequentes e em crescimento no país?</p>	<p>Os tipos AC mais frequentes ou maior destaque nesse momento no mais são as vendas ambulantes (candongueiros), os motoqueiros, os cambistas, as palaiês, os pescadores, vendas à retalhos (quiosques), agricultores, etc...</p>
<p>P9: E qual das atividades supramencionadas na sua opinião será mais fácil de formalizar e qual a mais difícil?</p>	<p>R: Penso que as vendas ambulantes serão as mais difíceis se se formalizar.</p>
<p>P10: Qual o vosso procedimento perante a descoberta de pessoas ou estabelecimentos que atuam informalmente no mercado?</p>	<p>R: Normalmente nesses casos são aplicadas medidas de carácter repressiva (coimas) ou mesmo o encerramento até a sua legalização.</p>

Perguntas	Construções de proposições
<p>P11: A vossa instituição tem noção do número de pessoas que atuam de forma informal no mercado, ou seja, da percentagem do mercado informal na economia?</p>	<p>R: Infelizmente a nossa instituição não possui sistemas nem base de dados que permitam-nos aferir a quantidade exata ou aproximada das pessoas que operam informalmente no nosso mercado. Entretanto, pela dimensão do MI e também em função do próprio crescimento constante do mesmo, estimamos que existam mais pessoas atuando informalmente no nosso mercado, na nossa economia, em relação as que trabalham formalmente. Mais de 50% da nossa população ativa desenvolve AC informalmente para obter os seus rendimentos.</p>
<p>P12: Qual o seu parecer sobre o possível impacto que o mercado informal pode gerar na captação e gestão de receitas fiscais?</p>	<p>R: Negativo, pois as práticas de atividades informais tornam praticamente impossível a arrecadação de receitas dificultando ao estado o financiamento das suas as atividades e seu orçamento.</p>
<p>P13: Em termos gerais, pensa que a prática de atividades comerciais informais tem tido um impacto positivo ou negativo para a economia do país? Porquê?</p>	<p>R: Na minha opinião o mercado informal tem um impacto negativo, na economia de qualquer país, pois apesar de gerar rendimentos para inúmeras pessoas e famílias, o estado não consegue arrecadar receitas de tais rendimentos e refletir nas obras de caráter sociais, beneficiando dessa forma a população em geral.</p>

5.2. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

As tabelas e os gráficos a seguir apresentam as características gerais da amostra pesquisada.

5.2.1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS INQUIRIDOS

As tabelas e os gráficos a seguir apresentam as características gerais da amostra pesquisada, por género (sexo), idade, grau de escolaridade, localidade, distrito, rendimento e a atividade que realizam no informal.

Relativamente ao género dos inquiridos, verificamos que as atividades identificadas como sendo as mais impactantes no MI santomense são realizadas tanto por pessoas do sexo masculino como por pessoas do sexo feminino havendo, entretanto, uma maioria ligeira do primeiro. Num universo de 300 inquiridos, 54% são do sexo masculino e 46% do sexo feminino conforme é apresentado abaixo na tabela 4.

Tabela 4 - Género dos Inquiridos

Género	Quantidade	Percentagem
Masculino	162	54%
Feminino	138	46%

No que refere a faixa etária dos inquiridos, como se pode verificar na ilustração a seguir, a maior parte das pessoas que realizam as atividades que identificamos como sendo as principais praticadas no MI santomense, têm a idade compreendida entre 26 e 35 anos correspondendo a 39% da população estudada, seguindo-se as faixas etária 15-25 anos com 23%, 36- 45 anos com 22,33%, 46-55 anos com 9,67%, mais de 55 anos com 6% e a faixa menos de 15 anos sem nenhum representante.

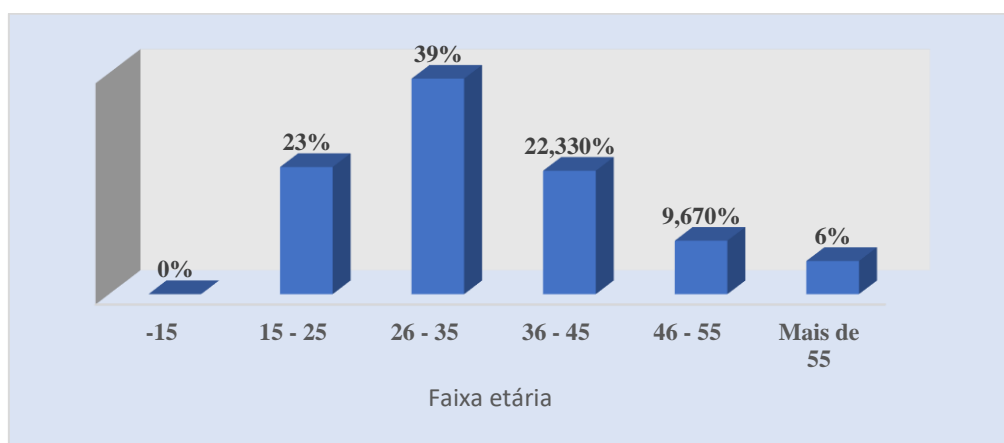


Ilustração 1 - Faixa etária dos inquiridos (%). (Ilustração nossa, 2021).

Na tabela 5, que abaixo se segue, é apresentada as localidades onde residem os inquiridos, ou seja, os bairro e distritos.

Tabela 5 - Localidade onde residem os inquiridos

Localidade	Quantidade	Distrito
Água Arroz	4	Água Grande
Água Crioula	1	Mé - Zochi
Água Izé	1	Cantagalo
Água Porca	4	Água Grande
Almas	5	Mé - Zochi
Almeirim	7	Água Grande
Amparo II	2	Mé - Zochi
Boa Morte	6	Água Grande
Bobô Forro	4	Mé - Zochi
Bom Bom	7	Mé - Zochi
Budu Budo	1	Água Grande
Buguê	1	Mé - Zochi
Caixão Grande	5	Mé - Zochi
Caminho Novo	6	Mé - Zochi
Chácara	3	Água Grande
Conde	1	Lobata
Correia	1	Água Grande
Cruzeiro	4	Mé - Zochi
Diogo Simão	2	Mé - Zochi
Diogo Vaz	2	Lembá
Favorita	1	Mé - Zochi
Fundação Popular	4	Água Grande
Generosa	4	Lembá
Guadalupe	2	Lobata
Lucumi	5	Água Grande
Madalena	3	Mé - Zochi
Madre Deus	6	Água Grande
Malánza	1	Caué
Marcação de Nova Linda	1	Cantagalo
Margarida Manuel	2	Mé - Zochi
Melhorada	2	Mé - Zochi
Micóló	5	Lobata
Monte Forte	2	Lembá
Mouro Peixe	4	Lobata
Neves	21	Lembá
Ôbolongô	2	Mé - Zochi

Oque – Del- Rei	1	Água Grande
Pantufo	10	Água Grande
Pedro Paiva	2	Mé – Zochi
Petê Petê	1	Mé – Zochi
Ponta Figo	4	Lembá
Ponta Mina	2	Água grande
Ponte Graça	3	Água Grande
Praia Cruz	14	Água Grande
Praia Gambôa	12	Água Grande
Praia Loxinga	23	Água Grande
Praia Melão	6	Mé - Zochi
Quilombo	3	Água Grande
Ribeira Afonso	7	Cantagalo
Ribeira Funda	13	Lembá
Ribeira Peixe	3	Caué
Riboque Capital	6	Água Grande
S. Gabriel	4	Água Grande
S. João da Vargem	8	Água Grande
S. João dos Angolares	5	Caué
S. Marçal	6	Água Grande
S. Marcos	2	Água Grande
San Pójata	1	Mé – Zochi
Santa Catarina	11	Lembá
Santana	6	Cantagalo
Santo António	3	Água Grande
Satón	1	Água Grande
Trindade	6	Mé - Zochi
Vila Maria	5	Água Grande

Relativamente aos distritos a que os inquiridos pertencem, constatamos que maioria pertence ao distrito de Água Grande tal como é apresentado na ilustração 2.

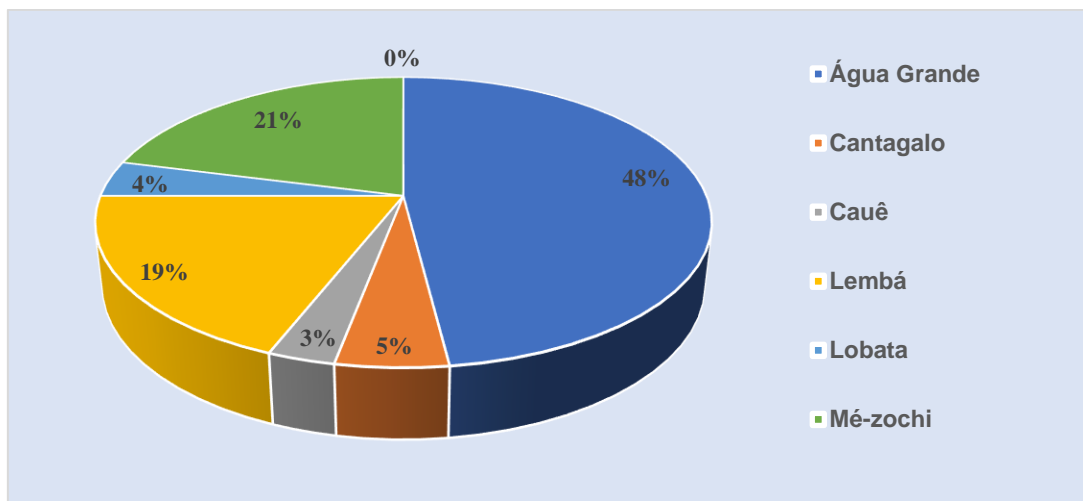


Ilustração 2 - Distrito a que pertencem os inquiridos (%)

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos inquiridos, constatamos que 25% possuem o ensino básico incompleto, 17% possui o ensino básico completo, 42% o ensino secundário incompleto, 10% o ensino secundário completo, 1% o ensino profissional completo, 1% o ensino superior incompleto, 2% o ensino superior completo e 2% não passou pela escola, conforme é apresentado na tabela que se segue.

Tabela 6 - Nível de Escolaridade dos inquiridos

Nível de Escolaridade	Quantidade	Percentagem
Ensino Básico Incompleto (1^a até a 6^a Classe)	75	25%
Ensino Básico Completo (1^a até a 6^a Classe)	51	17%
Ensino Secundário Incompleto (7^a até a 12^a Classe)	126	42%
Ensino Secundário Completo (7^a até a 12^a Classe)	30	10%
Ensino Profissional Incompleto	0	0%
Ensino Profissional Completo	3	1%
Ensino Superior Incompleto	3	1%
Ensino Superior Completo	6	2%
Não Passou na Escola	6	2%

Relativamente as atividades realizadas pelos inquiridos no MI santomense, conforme é apresentado na ilustração 3, cerca de 24% dos inquiridos são retalhistas (praticam vendas a retalho), cerca de 18,67% são palaiês, cerca de 17,33% são motoqueiros, cerca de 15,67% são pescadores, cerca de 12,67% são candongueiros e cerca 11,33% são cambistas.

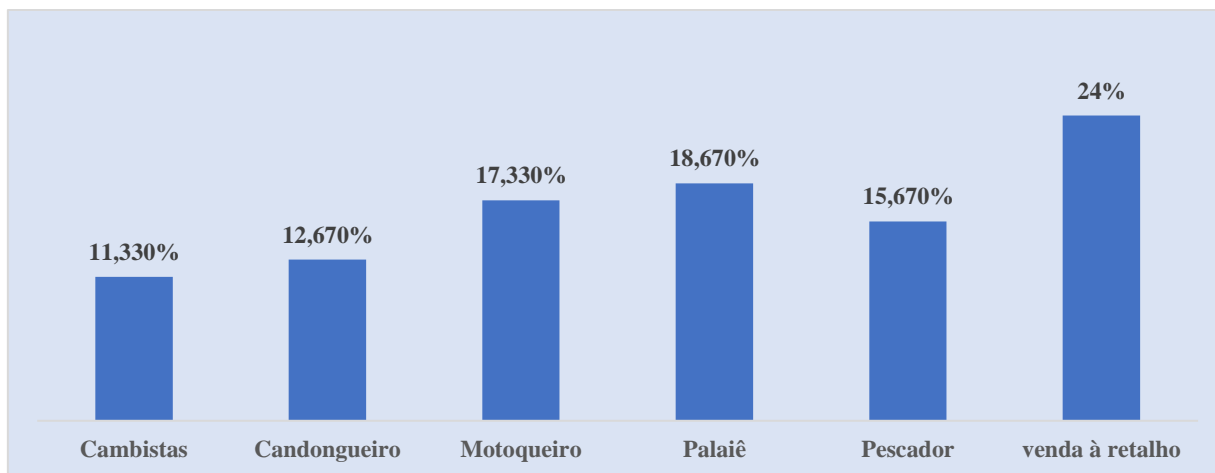


Ilustração 3 - Atividades realizadas pelos inquiridos no mercado informal (%)

No que se refere ao rendimento mensal dos inqueridos, constatamos que cerca de 10,33% dos inquiridos possuem um rendimento médio mensal de menos de 1000 STD, cerca de 57% um rendimento médio mensal entre 1000 STD (40.82€) e 3000 STD (122,45€), cerca de 24,67% um rendimento médio mensal entre 3001 STD (122.45€) e 6000 STD (244.90€), e cerca de 8% um rendimento médio mensal de mais de 6000 STD (244.90€), tal como é apresentado na ilustração 4.

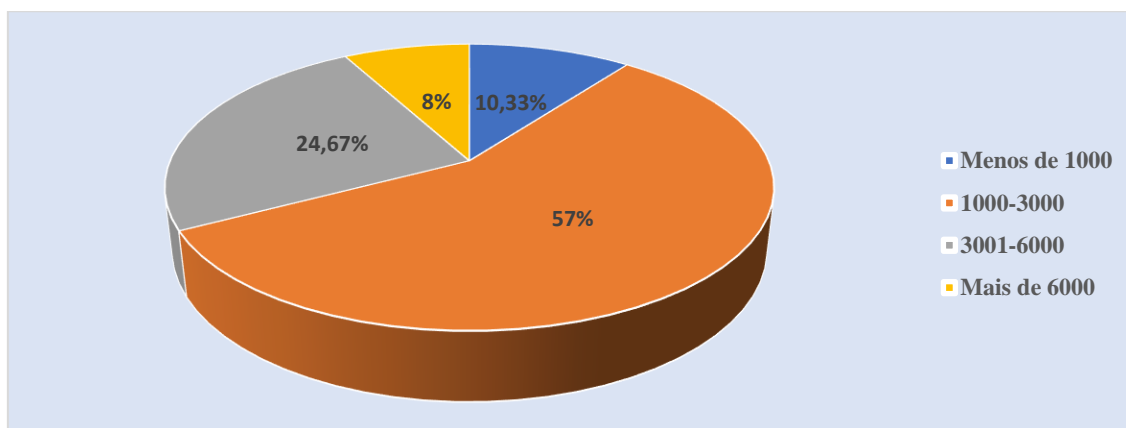


Ilustração 4 - Rendimento mensal dos inquiridos no mercado informal (STD)

5.2.2. PERFIL LABORAL DOS INQUIRIDOS

De acordo com os dados obtidos, cerca de 35,33% dos inquiridos trabalham no MI há mais dez anos, cerca de 24,33% entre cinco e dez anos, cerca de 23,33% entre dois e cinco anos, cerca 9,67% há menos de um ano, e 7,33% entre um e dois anos, conforme é apresentado na ilustração que se segue.

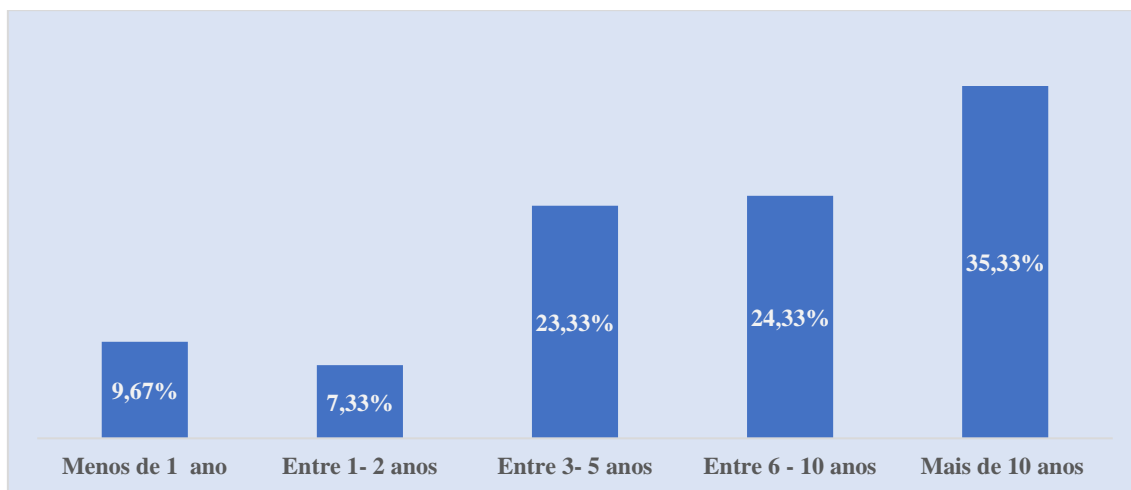


Ilustração 5 - Período em que inquiridos trabalham no mercado informal

Com efeito, os resultados obtidos, revelam-nos que a maioria das pessoas que trabalham no MI santomense fazem-no por conta própria, cerca de 71%, e apenas cerca de 29% da população trabalha por conta de outrem. Tal situação é apresentada na ilustração 6 abaixo.

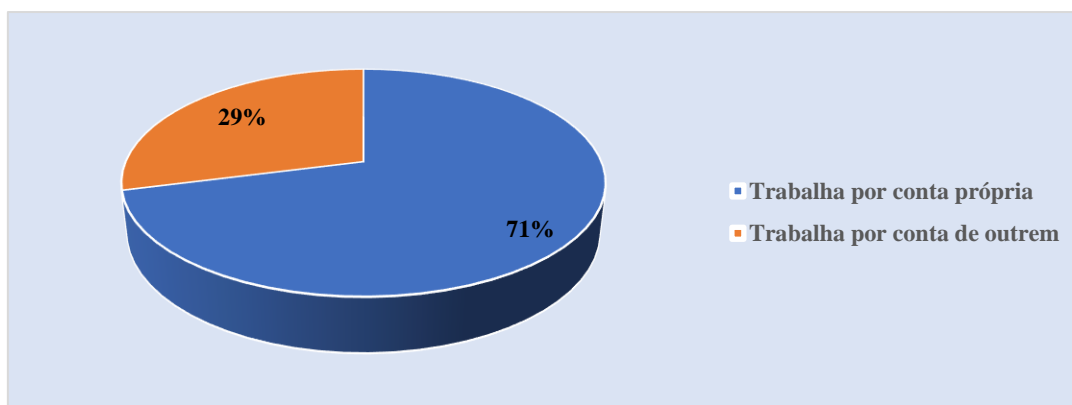


Ilustração 6 - Posição dos Inquiridos relativamente à atividade realizada (%)

Relativamente ao modo como financiaram as atividades que realizam, cerca de 43,33% dos inquiridos dizem ter financiado a sua atividade com capital próprio, cerca de 15,33%

com capital próprio e empréstimo, cerca de 14,33% com empréstimo, e cerca de 29 % não responde por orientação do questionário em função da resposta apresentada a questão anterior, tal como mostra a ilustração 7 abaixo.

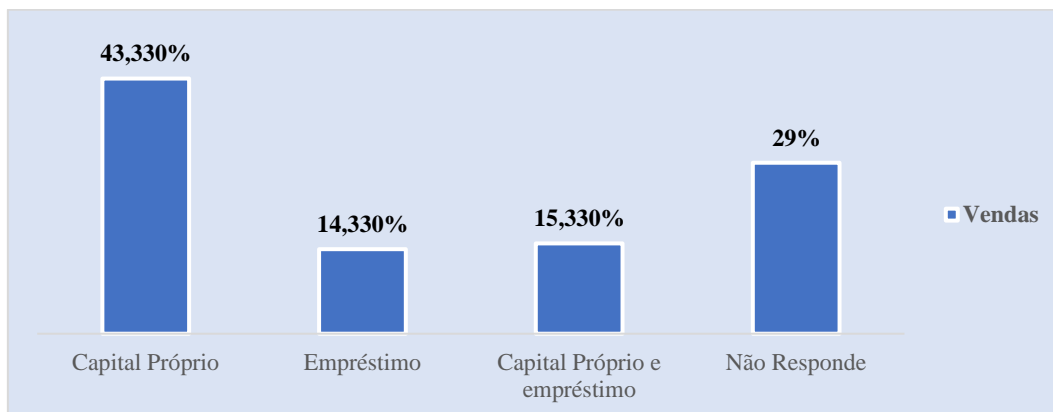


Ilustração 7 - Modo de financiamento de atividade realizada pelos inquiridos (%)

Os resultados obtidos revelam-nos que a maioria das pessoas que trabalham no MI santomense possuem um local fixo para prestação/comercialização dos seus produtos, cerca de 65%, e cerca de 35% realizam as suas atividades em diversos locais, ou seja, não possuem um local fixo para tal. Tal situação é apresentada na ilustração 8.

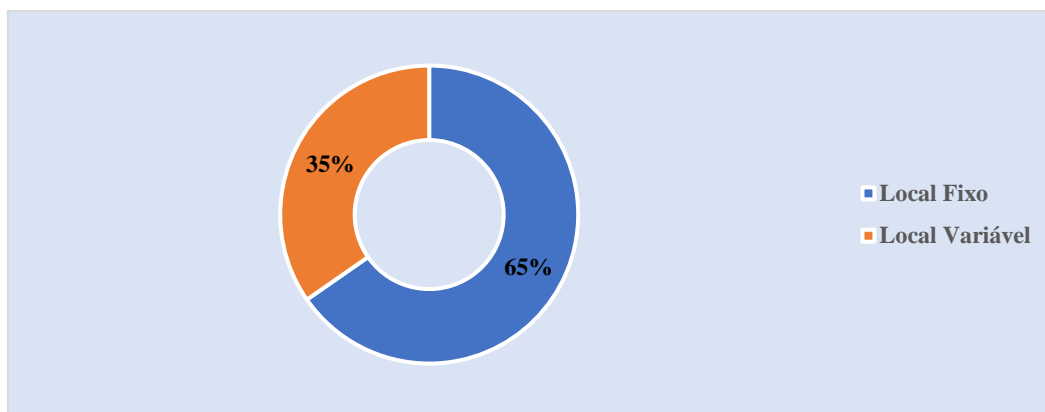


Ilustração 8 - Inquiridos com ou sem local fixo para prestação/ comercialização dos Produtos

Conforme é apresentado na ilustração 9 que se segue, a maioria dos inqueridos não pagam uma taxa fixa ou diária por desenvolverem AC num determinado local, cerca de 78% dos inquiridos, sendo o tal pagamento feito por apenas por cerca de 22% dos inquiridos.

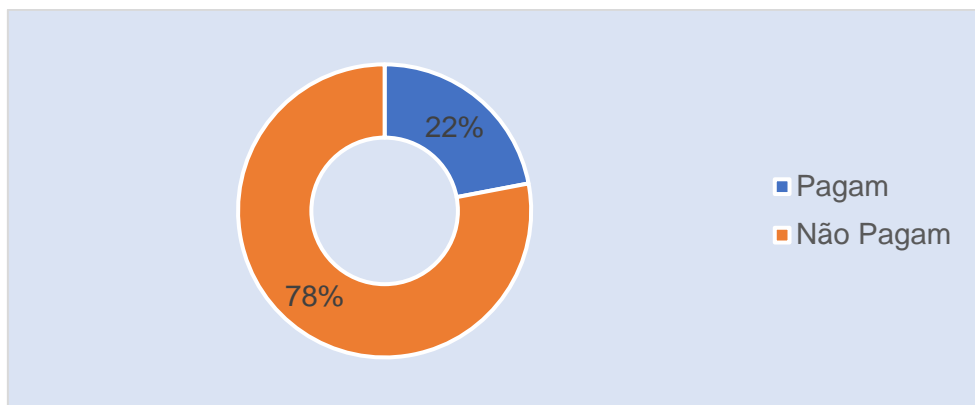


Ilustração 9 - Pagamento de taxa fixa ou diária pelo local onde os inquiridos desenvolvem as suas atividades

Relativamente a entidade que realiza a cobrança de taxas, conforme é apresentado na ilustração 10, cerca de 16,33% dos inqueridos alegam que as cobranças são realizadas pelas autoridades legais, cerca de 5,67 alegam que as cobranças são realizadas pelos proprietários do espaço, e cerca de 78% não responde por orientação do questionário em função da resposta apresentada a questão anterior.

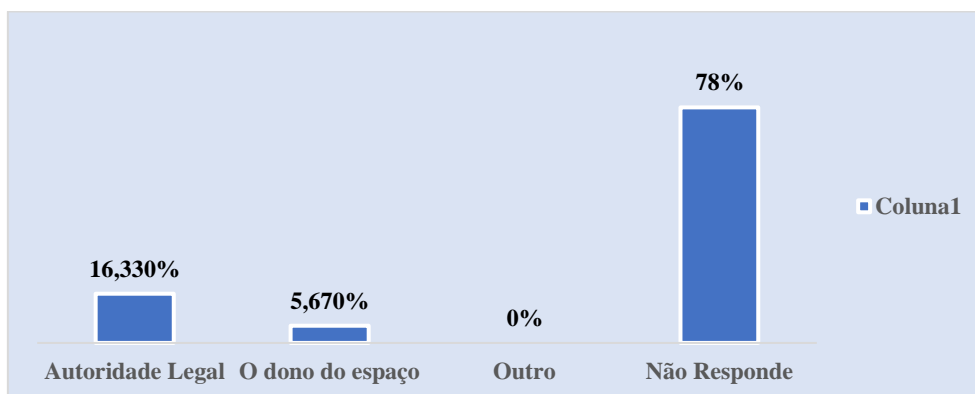


Ilustração 10 - Entidade que realiza a cobrança da taxa

Em função das suas necessidades, cerca de 66% dos inquiridos classificam o seu rendimento como sendo pouco satisfatório, cerca de 18,67% como sendo satisfatório, cerca de 9,66% como sendo nada satisfatório, e cerca de 5,67% classificam como sendo muito satisfatório, conforme apresentado na ilustração 11.

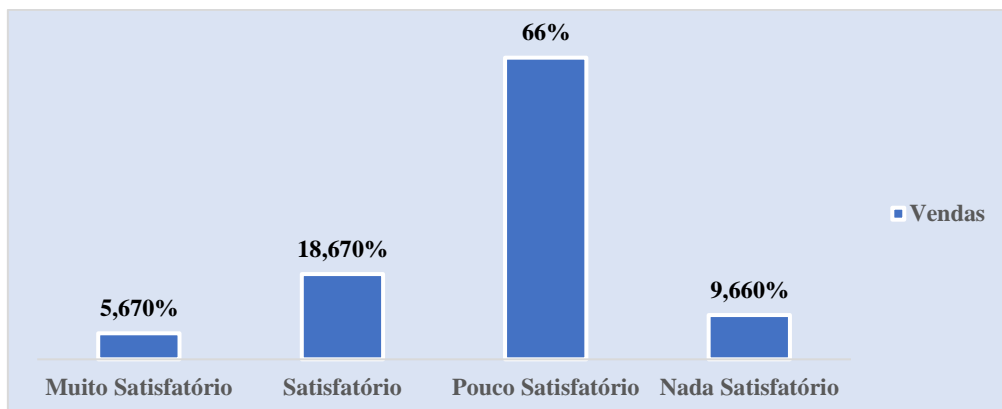


Ilustração 11 - Classificação de rendimento dos inquiridos relativamente às suas necessidades.

Relativamente às razões que levaram os inquiridos a realizarem AI, verificamos que a maioria realiza tais atividades por falta de emprego, cerca de 69,67%, cerca de 17,67% por preferir trabalhar por conta própria, cerca de 5,66% por ser mais rentável, cerca de 3% por não ter de pagar impostos, e cerca de 4% indicaram outras razões não tendo especificado. Tais informações são apresentadas na ilustração 12.

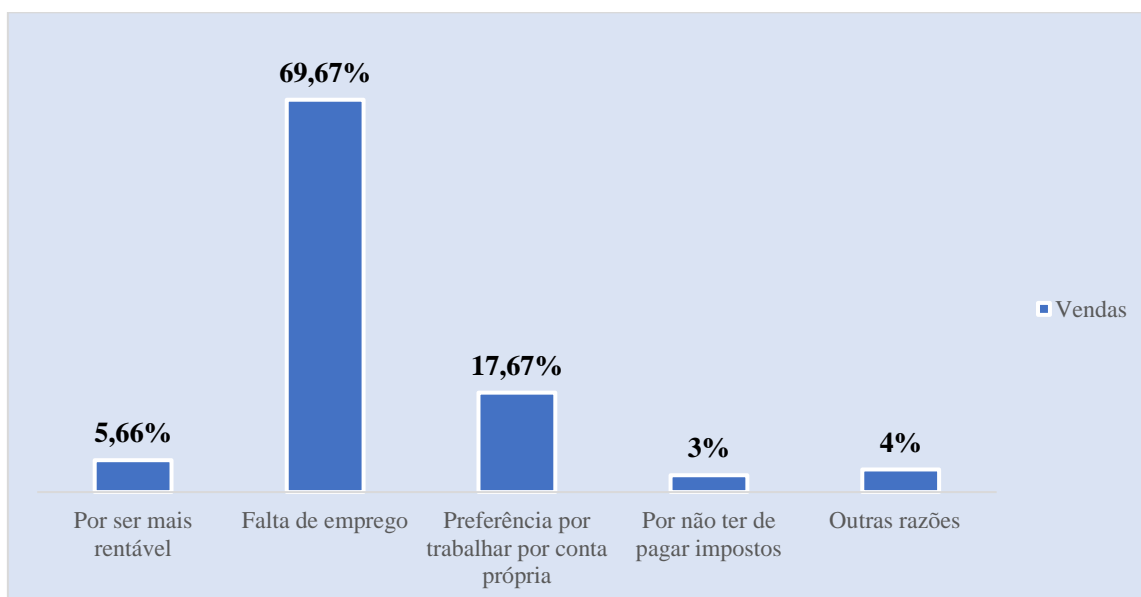


Ilustração 12 - Motivo pelo qual o inquirido realiza atividade informal

Em termos de dificuldades face as atividades realizadas, cerca de 47,33% dos inquiridos consideram como sendo normal, cerca de 26% como difícil, cerca de 21% como muito difícil, cerca 3,67% como fácil, e cerca de 2% como muito fácil, tal como é apresentado na ilustração 13.

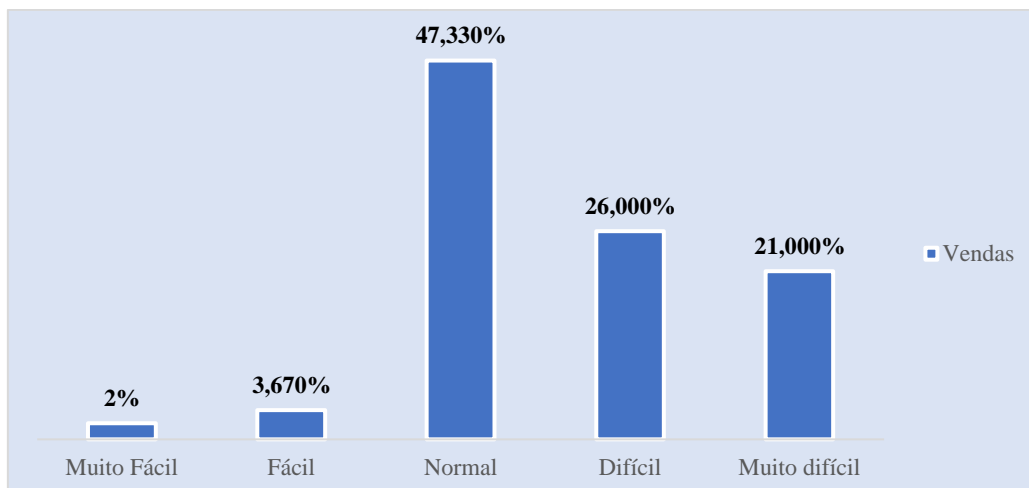


Ilustração 13 - Classificação da atividade pelos inquiridos relativamente às dificuldades

Ainda no que refere às dificuldades vividas pelos inquiridos nas atividades que realizam, cerca de 85% dos inquiridos apresentaram as principais dificuldades que vivem, cerca de 13% não souberam apresentá-las e, cerca de 2% não responderam por orientação do questionário em função da resposta apresentada a questão anterior, conforme é apresentado na ilustração 14.

Com efeito, das dificuldades apontadas pelos inquiridos, apresentadas na tabela 7 abaixo, destacam-se o baixo rendimento, apontado 74 vezes pelos inqueridos; seguindo-se o baixo número de consumidores, apontado 65 vezes; a falta de capital para financiar a atividade, apontada 56 vezes; e a desorganização do mercado, apontada 52 vezes pelos inquiridos, conforme é apresentada na tabela 7.

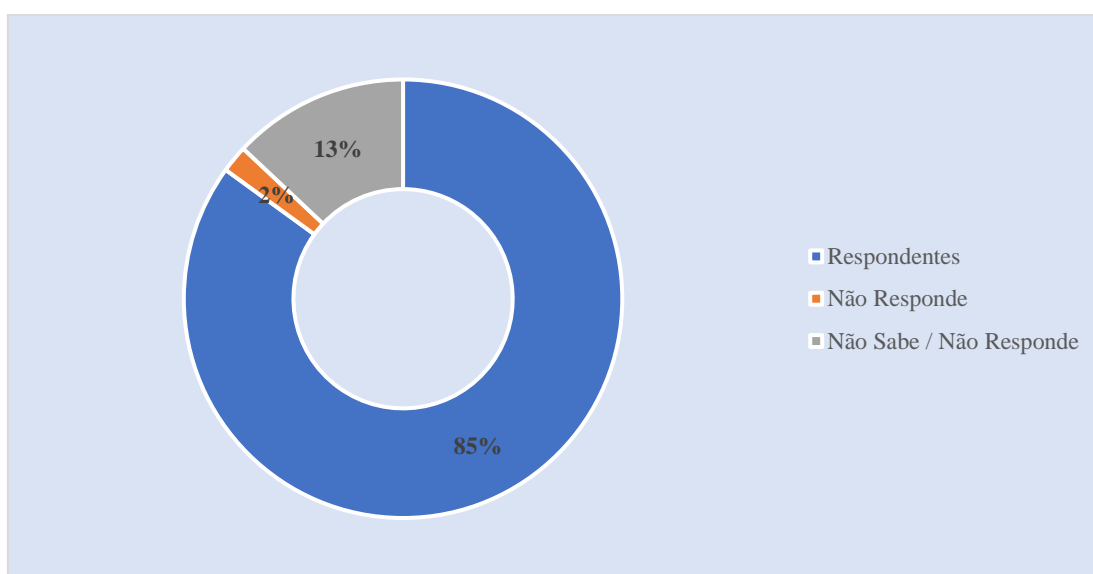


Ilustração 14 – Dificuldades vividas pelos inquiridos nas atividades que realizam

Tabela 7 - Dificuldades vividas pelos inqueridos nas atividades que realizam

Dificuldades apresentadas	Quantidade	Porcentagem
Baixo número de consumidores	65	10,35%
Baixo Rendimento	74	11,78%
Desorganização do mercado	52	8,28%
Difícil acesso ao produto a ser comercializado	38	6,05%
Dificuldade de cobrança aos clientes devedores	42	6,69%
Dificuldade para conservar o produto	39	6,21%
Dificuldade para controlar rendimento	23	3,66%
Dificuldade para vender produto	12	1,91%
Elevada concorrência no mercado	33	5,25%
Elevado esforço físico	25	3,98%
Elevados custos de materiais	11	1,75%
Elevados gastos com transporte	8	1,27%
Falta de apoio de governo	19	3,03%
Falta de capital para financiar a atividade	56	8,92%
Falta de formação	18	2,87%
Falta de meios e materiais	12	1,91%
Infraestrutura inadequadas e em más condições	17	2,71%
Más condições climáticas	10	1,59%
Mercado instável	17	2,71%
Muitas horas de trabalho	5	0,80%
Perseguição Policial	18	2,87%
Pouco poder de compra	3	0,48%
Problemas ambientais e más condições sanitárias	5	0,80%
Produtos comercializado à mau preço	2	0,32%
Riscos de acidente	24	3,82%

Relativamente aos benefícios que as atividades realizadas trazem para os inquiridos, cerca de 86% dos destes apresentaram os principais benefícios que essas atividades trazem e, cerca de 14% não souberam apresentá-los, conforme apresentados na ilustração 15.

Tal como está na tabela 8, dos benefícios apresentados pelos inquiridos destacam-se: garantir o sustento da família, apontado 105 vezes; garantir algum rendimento, apontado 97 vezes e; emprego alternativo, apontado 93 vezes.

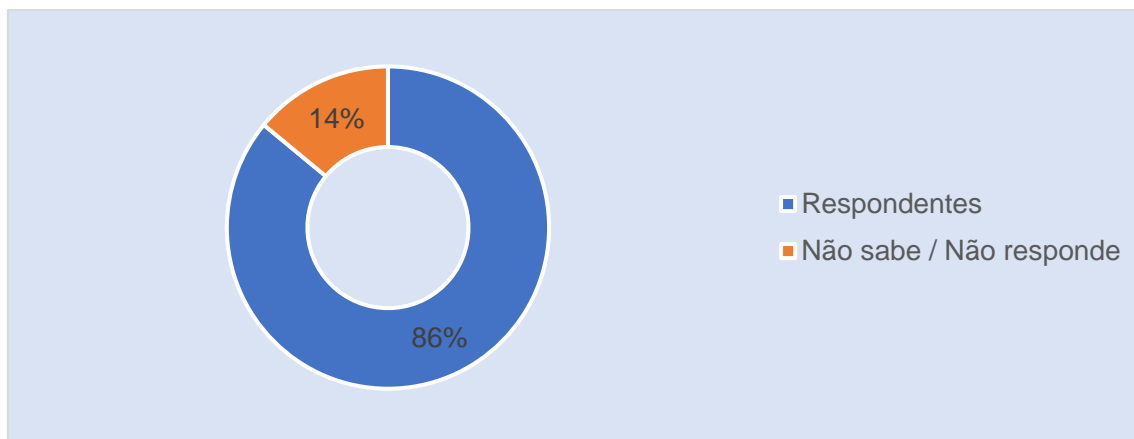


Ilustração 15 - Principais benefícios que as atividades realizadas trazem para os inquiridos (%)

Tabela 8 - Principais benefícios que as atividades realizadas trazem para os inquiridos (%)

Principais benefícios	Quantidade	Percentagem
Ajudar os familiares	13	2,67%
Emprego alternativo	93	19,10%
Financiar as despesas	6	1,23%
Ganhar conhecimento e experiência	1	0,21%
Garantir a educação dos filhos	20	4,11%
Garantir algum rendimento	97	19,92%
Garantir os estudos	17	3,49%
Garantir sustento da família	105	21,56%
Liberdade financeira	28	5,75%
Liberdade no horário de trabalho	26	5,34%
Manter a dignidade social	5	1,03%
Não traz benefícios	2	0,41%
Possibilidade de Poupança	4	0,82%
Rendimento diário	28	5,75%
Rendimento satisfatório	19	3,90%
Trabalhar por conta própria	23	4,72%

No que concerne às sugestões para melhoria das condições do trabalhador no MI, cerca de 81% dos inquiridos apresentaram algumas sugestões e, cerca de 19% não souberam apresentá-los, conforme apresentados na ilustração 16.

Das sugestões apresentadas pelos inquiridos, tal como é exposto na tabela 9, destacam-se o Apoio, incentivo e financiamento por parte do Estado, apontado 63 vezes; Criação de mais infraestrutura por parte do governo, apontada 58 vezes;

Melhoria de condições de infraestruturas e do mercado, apontado 55 vezes e; Organização do mercado, apontado 46 vezes.

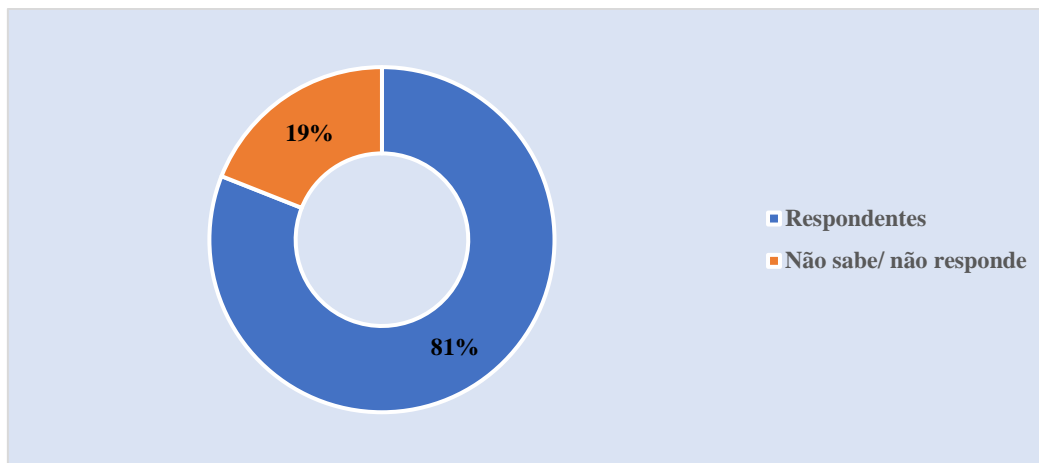


Ilustração 16 - Sugestão para melhoria das condições do trabalhador no mercado informal (%)

Tabela 9 - Sugestões para melhoria das condições do trabalhador no mercado informal

Sugestões	Quantidade	Percentagem
Organização do mercado	46	13,06%
Criação de mais empregos	27	7,67%
Fornecimento de produtos à bom preço	5	1,42%
Melhoria de condições de infraestruturas e do mercado	55	15,63%
Criação de mais infraestrutura por parte do governo	58	16,48%
Apoio, incentivo e financiamento por parte do Estado	63	17,90%
Melhorar a cobrança de impostos e o pagamento ao INSS	5	1,42%
Mais atenção aos trabalhadores informais por parte do governo	6	1,70%
Intervenção correta dos agentes que combatem a prática de AI	14	3,98%
Mais intervenção do governo	11	3,13%
Mais formação	7	1,99%
Aumentar o turismo para aumentar fluxo de câmbio	13	3,69%
Pagamento consciente dos impostos por parte dos trabalhadores	8	2,27%
Criação de uma linha de crédito para os descapitalizados	19	5,40%
Mais condições sanitárias	15	4,26%

5.2.3. RACIONAL DOS INQUIRIDOS SOBRE O TRABALHO INFORMAL E FORMAL

Relativamente a ter tido ou não um emprego formal, cerca de 24,33% dos inqueridos afirmam já ter tido e, cerca de 75,66% afirmam que nunca tiveram um emprego formal, conforme é apresentada na tabela que se segue.

Tabela 10 - Número de inquiridos que tiveram ou não oportunidade de ter (rego formal)

Pergunta	Quantidade	Percentagem
Já tiveram emprego formal	73	24,33%
Não tiveram emprego formal	227	75,67%

Concernente às razões pela qual os inquiridos já não realizam uma AF, cerca de 14,66% afirmam que deixaram de ter um emprego formal porque o salário não compensava, cerca de 4,76% por não gostarem de trabalhar por conta de outrem, 1,33% por terem sido demitidas, cerca de 3,67% por outros motivos e, cerca de 75,67% não responde por orientação do questionário em função da resposta apresentada a questão anterior, conforme apresentada na ilustração 17.

Os outros motivos indicados são apresentados na tabela 11.

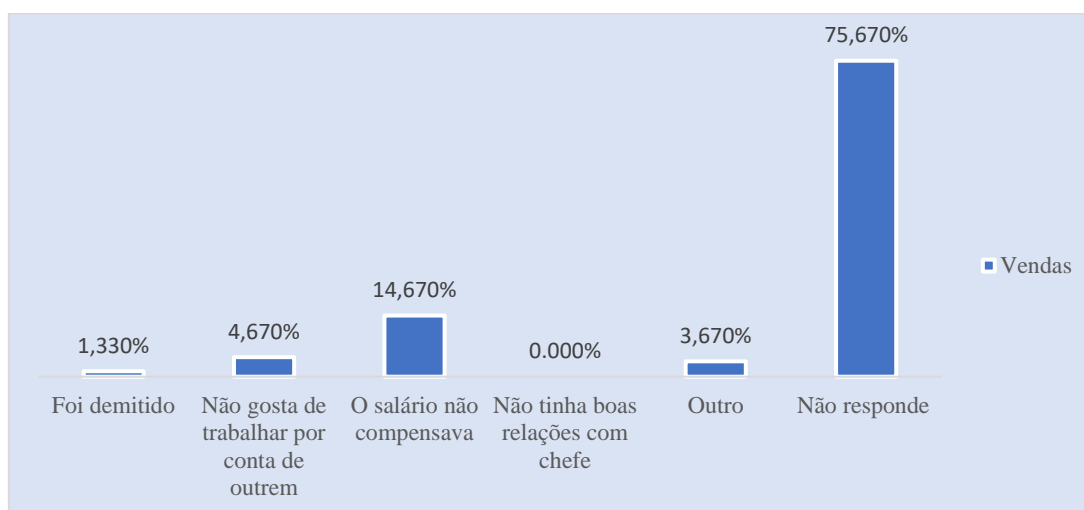


Ilustração 17 - Razão pela qual os inquiridos já não realizam uma atividade formal

Tabela 11 - Razão pela qual os inquiridos já não realizam uma atividade formal

Outras razões apresentadas	Quantidade	Percentagem
Abandono voluntário	1	9,10%
Acabou o contrato	1	9,10%
Aposentadoria	2	18,18%
Conflitos laborais	1	9,10%
Desempregado durante a reforma agrária	1	9,10%
Encerramento da empresa	1	9,10%
Motivos de saúde	1	9,10%
Não especificou	3	27,27%

No que respeita a troca de um TI por um EF, cerca de 77,67% dos inquiridos alegam que trocaria e, cerca de 22,33% afirma que não trocaria, tal como é apresentado na ilustração 18.

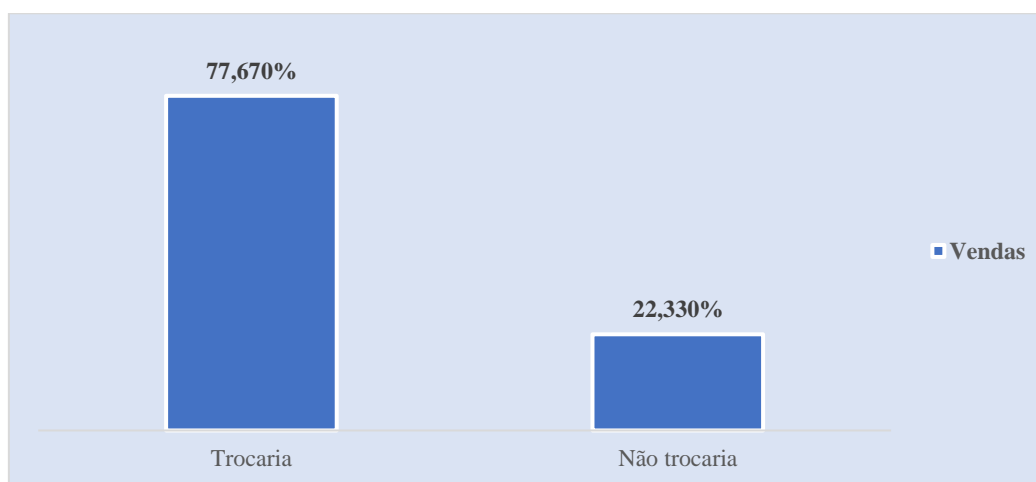


Ilustração 18 - Troca de um trabalho informal por um emprego formal por parte dos inquiridos (%)

Tendo cerca de 77,67% dos inquiridos não respondido por orientação do questionário em função da resposta apresentada a questão anterior, conforme é apresentado na ilustração 19, cerca de 10,33% dos inquiridos afirmam que não trocariam o TI por um EF por ganhar mais dinheiro com seu próprio negócio, cerca de 6% pelo fato do salário não compensar, cerca de 5,33% por não gostarem de trabalhar por conta de outrem e, cerca de 0,67% por outros motivos não tendo sido especificados.

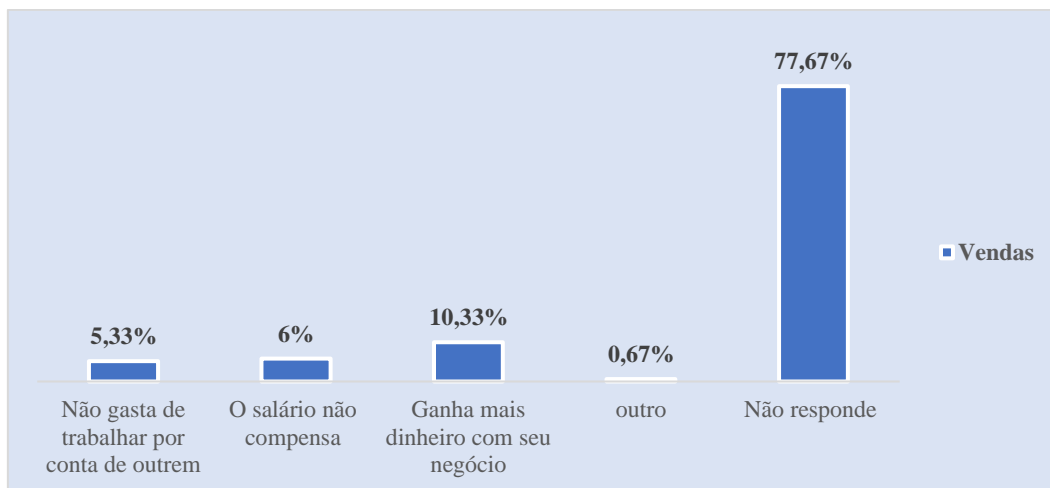


Ilustração 19 - Razão pela qual os inquiridos não trocariam um trabalho informal por um emprego formal

Já no que se refere a perspetiva dos inquiridos quanto a possibilidade de vir a ter um emprego formal, conforme é apresentado na ilustração 20, cerca 37,67% apresentam-se com perspetiva positiva, cerca 23,33% sem expectativa, cerca de 20,33% com negativa, cerca de 10,33% com muito positiva e, cerca de 8,33% com muito negativa.

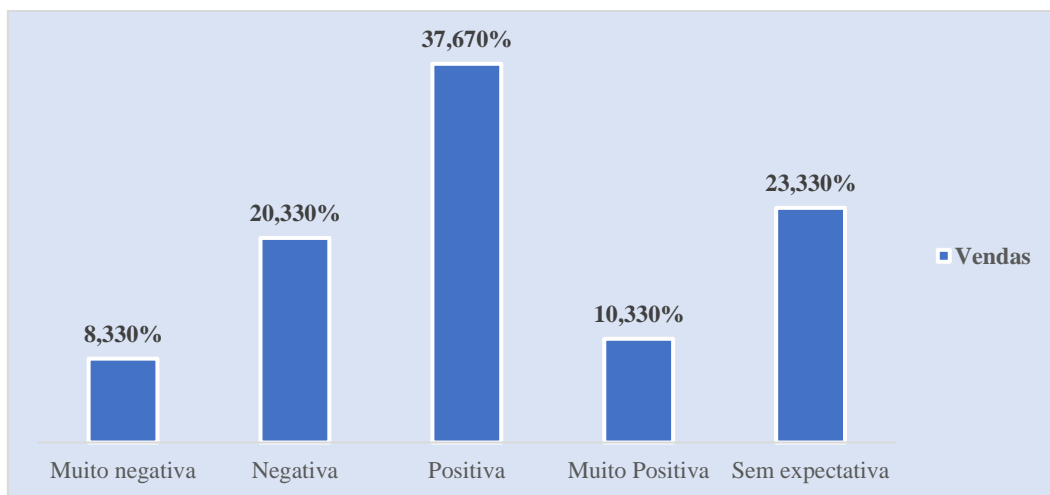


Ilustração 20 - Perspetiva dos inquiridos quanto a possibilidade de vir a ter um emprego formal (%)

Relativamente a perspetiva dos inquiridos quanto a existência de vantagens em desenvolver uma AI em detrimento de uma formal, metade destes alegam ter vantagens e a outra metade alega não existir.

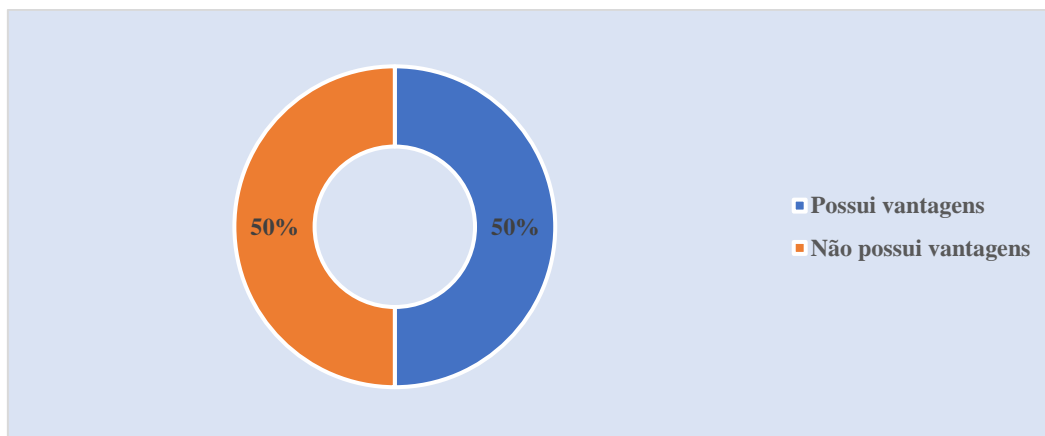


Ilustração 21 - Perspetiva dos inquiridos quanto a existência de vantagens em desenvolver uma atividade informal em detrimento de uma formal (%)

Ainda sobre as vantagens apresentadas pelos inquiridos relativamente ao desenvolvimento de uma AI em detrimento de uma formal, conforme é apresentado na ilustração 22, cerca de 50% dos inqueridos não responderam por orientação do questionário em função da resposta apresentada a questão anterior, cerca de 41% apresentaram algumas vantagens e, cerca de 9% não souberam apresentá-las.

Das vantagens apontadas pelos inqueridos, apresentadas na tabela 12, destacam-se: rendimento diário, tendo sido apontado 54 vezes; controlo/gestão do negócio, tendo sido respondido 31 vezes e, maior rendimento, tendo sido apontado 23 vezes.

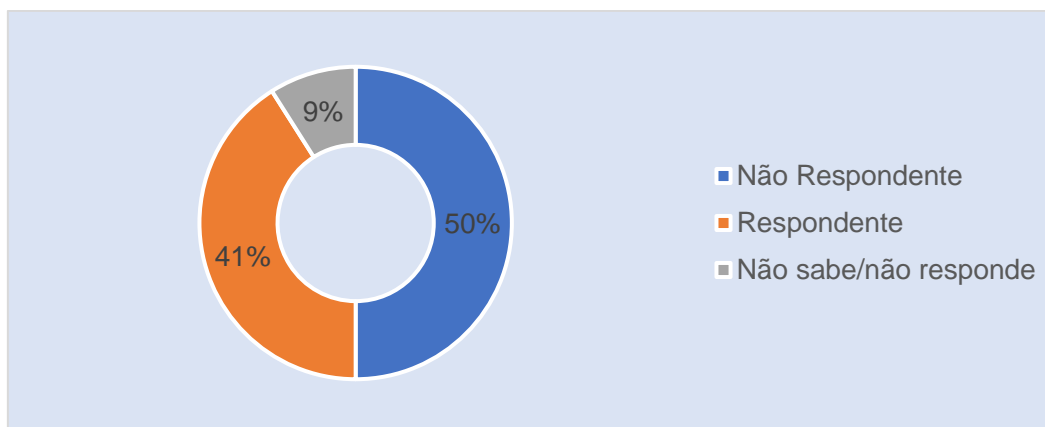
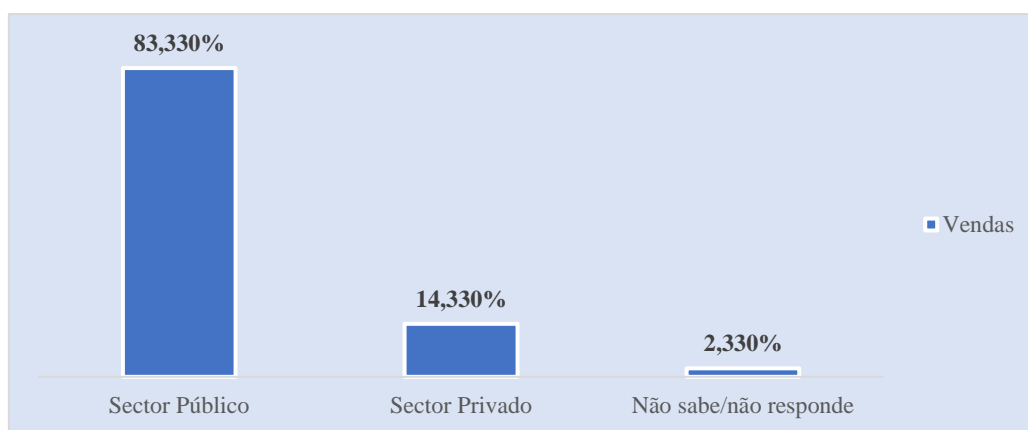


Ilustração 22 - Vantagens apresentadas pelos inquiridos relativamente ao desenvolvimento de uma atividade informal em detrimento de uma formal (%)

Tabela 12 - Vantagens apresentadas pelos inquiridos relativamente ao desenvolvimento de uma atividade informal em detrimento de uma formal

Vantagens apresentadas	Quantidade	Percentagem
Rendimento diário	54	43,90%
Maior rendimento	23	18,70%
Controlo/gestão do negócio	31	25,20%
Trabalhar por conta própria	8	6,50%
Não pagar impostos	5	4,07%
Bom rendimento após reforma	2	1,63%

Relativamente a preferência dos inquiridos se pudessem trabalhar no mercado formal, cerca de 83,33% dos inqueridos indicaram o setor público, cerca de 14,33% o setor privado e, cerca de 2,33% não souberam responder, conforme apresentado na ilustração 23.

**Ilustração 23** - Preferência dos inquiridos se pudessem trabalhar no mercado formal (%)

5.2.4. RACIONAL DOS INQUIRIDOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Concernente à avaliação dos inquiridos relativamente ao papel do governo na solução dos problemas do MF, cerca de 50,33% dos inqueridos acha que o governo tem tido um papel mais ou menos bom, cerca de 26,67% que o governo tem tido um papel mau, cerca de 9,67% que o governo tem tido um papel bom, cerca de 6,33% que o governo tem tido um papel muito mau e, cerca de 4% que o governo tem tido um papel muito bom, tal como é apresentado na ilustração 24.

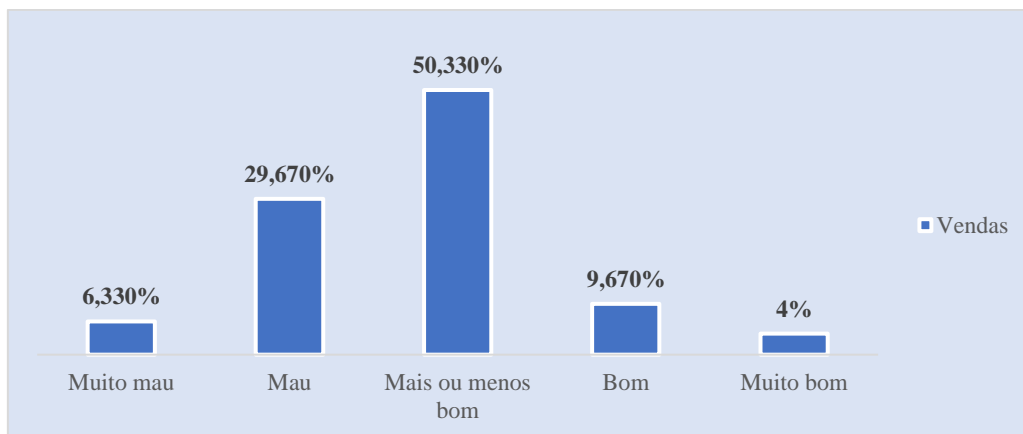


Ilustração 24 - Avaliação dos inquiridos relativamente ao papel do governo na solução dos problemas do mercado informal (%)

Já no que refere à importância que o governo dá aos trabalhadores do MI, cerca de 49,67% dos inqueridos acha que o governo dá ligeira importância, cerca de 28% que o governo não dá importância, cerca de 13,67% que o governo considera importante, cerca de 7,33% que o governo é indiferente e, cerca de 1,33% que o governo dá muita importância, tal como é apresentado na ilustração 25.

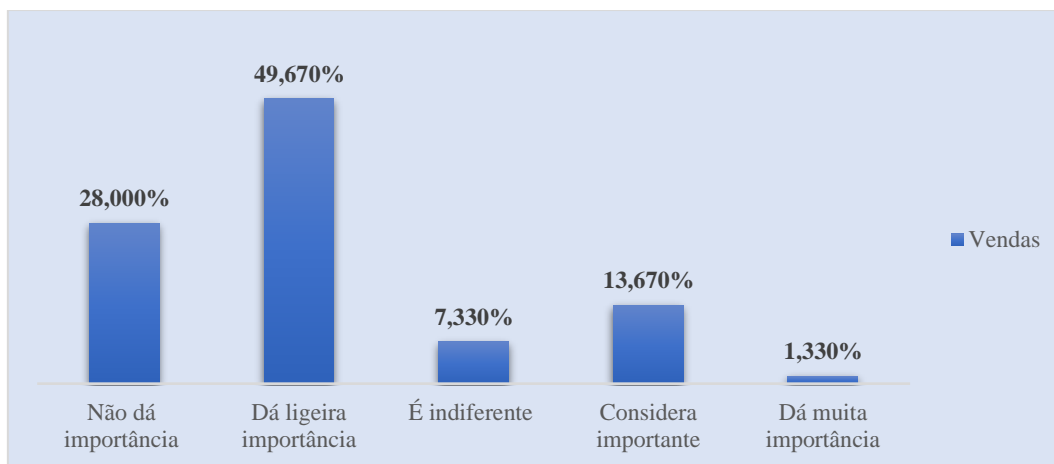


Ilustração 25 - As opiniões dos inquiridos sobre a importância que o governo dá aos trabalhadores do mercado informal (%)

No que refere às opiniões dos inquiridos quanto a resolução das dificuldades sentidas por eles, por parte do governo, cerca de 64,33% dos mesmos acreditam que o governo irá suprir as dificuldades por eles sentidas e, cerca de 35,67% pensa que o governo não irá resolver as tais dificuldades, conforme é apresentado na ilustração 26.

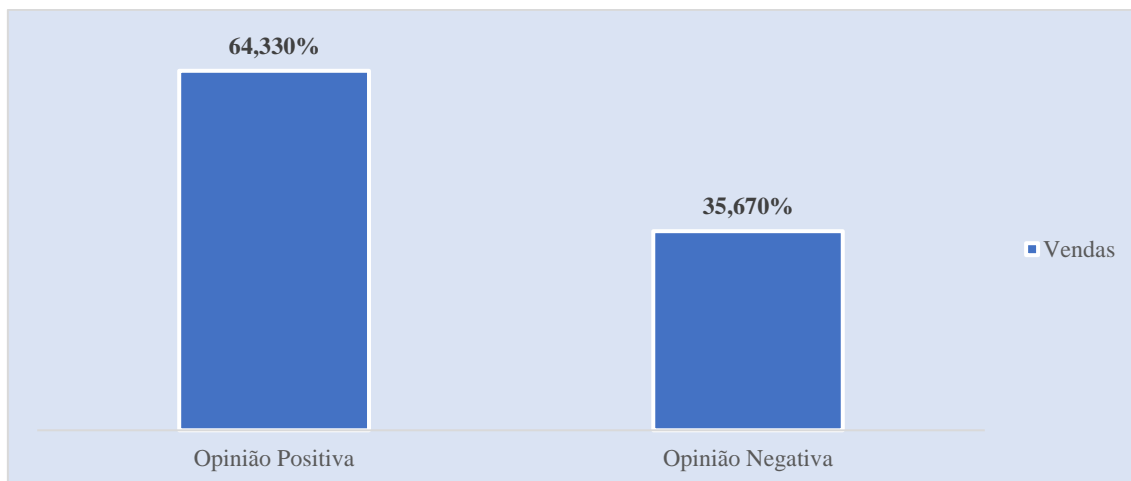


Ilustração 26 - Opiniões dos inquiridos quanto a resolução das dificuldades sentidas por eles, por parte do governo (%)

Relativamente a avaliação dos inquiridos sobre o papel da Polícia e Fiscais no combate à venda ambulante, tal como se pode verificar no gráfico 27, cerca de 38,67% dos inqueridos acha que o papel é mau, cerca de 30,33% que é mais ou menos bom, cerca de 20,33% que é muito mau, cerca de 9,33% que é bom e, cerca de 1,33% que é muito bom, conforme mostra-nos a ilustração 27.

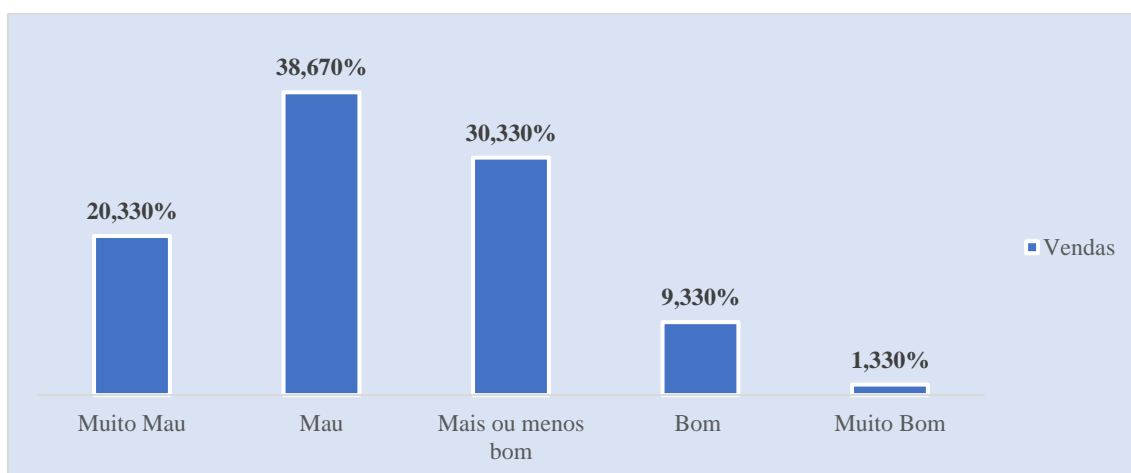


Ilustração 27 - Avaliação dos inquiridos sobre o papel da Polícia e Fiscais no combate à venda ambulante (%)

No que diz respeito à abordagem por parte de agentes de entidades que inspeciona as atividades comerciais aos inquiridos para lhes informar sobre a declaração de rendimentos e pagamento de taxa de imposto, cerca de 68,33% dos inqueridos alegam nunca terem sido abordados e, cerca de 31,67% alegam que já foram abordados, tal como é apresentado na ilustração 28.

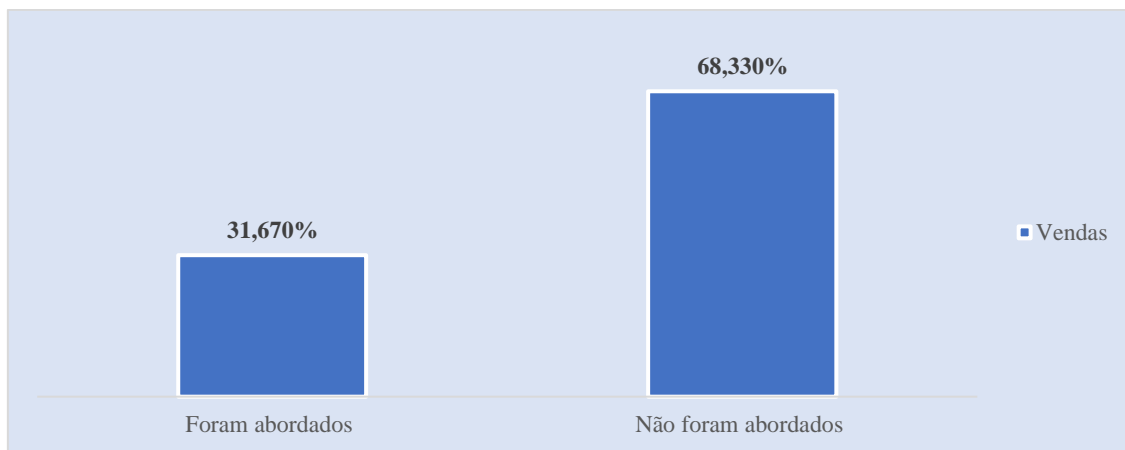


Ilustração 28 - Abordagem por parte de agentes de entidades que inspeciona as atividades comerciais aos inquiridos para lhes informar sobre a declaração de rendimentos e pagamento de taxa de imposto (%)

Relativamente ao pagamento dos impostos por parte dos inquiridos, cerca de 67,33% alega nunca ter pagado e, cerca de 32,67% alega já ter pagado, conforme é apresentado na ilustração 29.

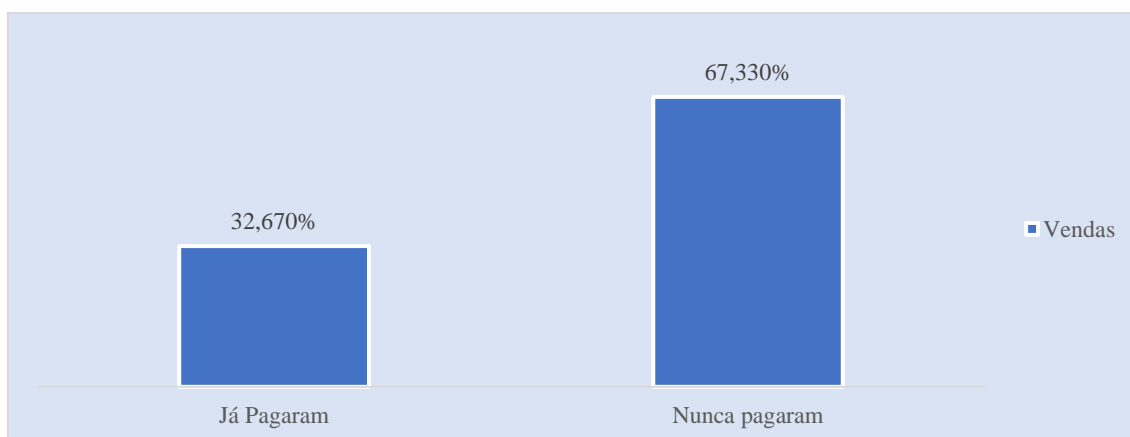


Ilustração 29 - Pagamento dos impostos por parte dos inquiridos.

No que se refere ao número dos inquiridos inscritos no INSS, cerca de 94,33% alegam não estarem inscritos no mesmo e, cerca de 5,67% alegam estarem inscritos, tal como mostra-nos a ilustração 30.

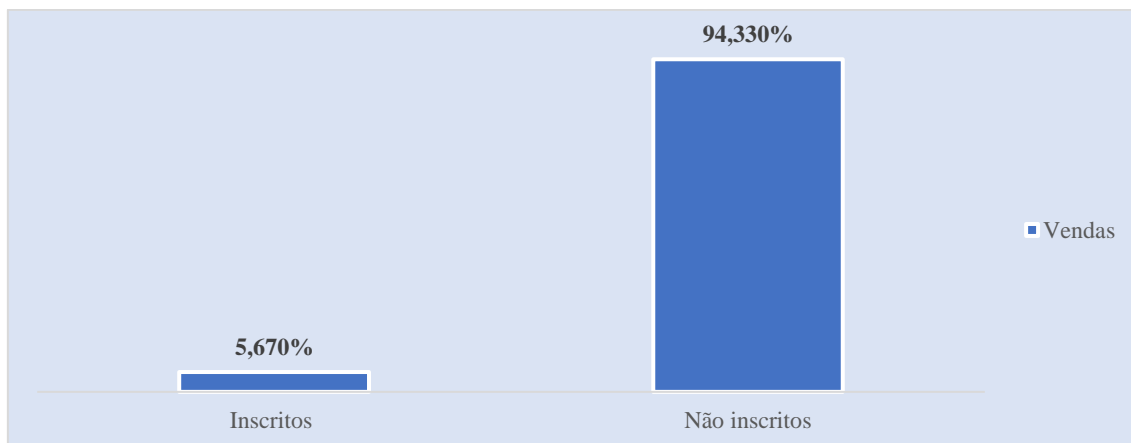


Ilustração 30 - Número dos inquiridos inscritos no INSS.

No que respeita a avaliação dos inquiridos relativamente a qualidade das infraestruturas do MI, cerca de 39,67% dos mesmos consideram que as infraestruturas do MI têm uma qualidade má, cerca de 33,67% mais ou menos boa, cerca de 20,33% muito má, cerca de 5,67% boa e, 0,67% muito boa, conforme mostra-nos a ilustração 31.

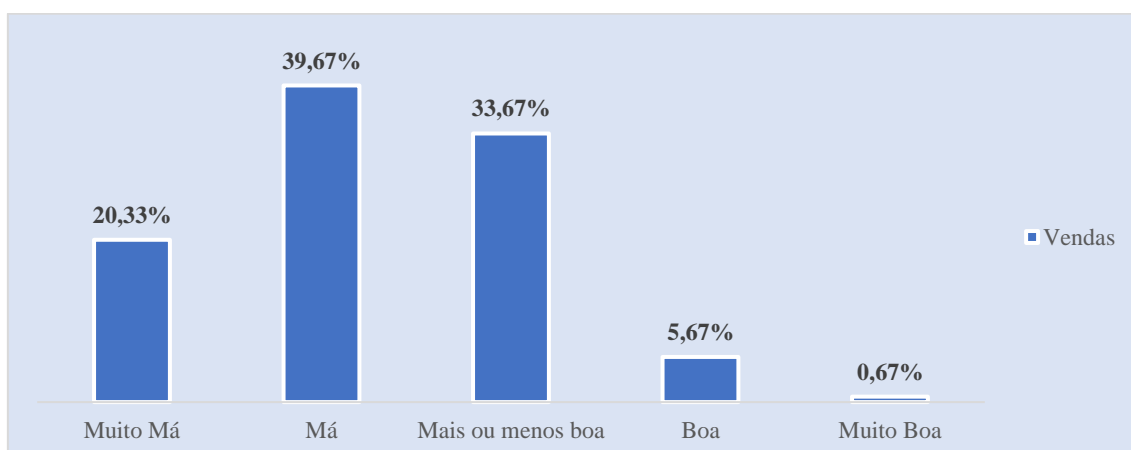


Ilustração 31 - Avaliação dos inquiridos relativamente a qualidade das infraestruturas do mercado informal.

Concernente à avaliação dos inquiridos relativamente ao papel do governo na criação de condições para o desenvolvimento dos seus trabalhos, cerca 41,67% dos inqueridos acredita que o governo tem um papel mais ou menos bom, cerca 29,33% que é mau, cerca de 16,33% que é muito mau, cerca de 11% que é bom e, cerca de 1,67% que é muito bom, conforme é apresentado na ilustração 32.

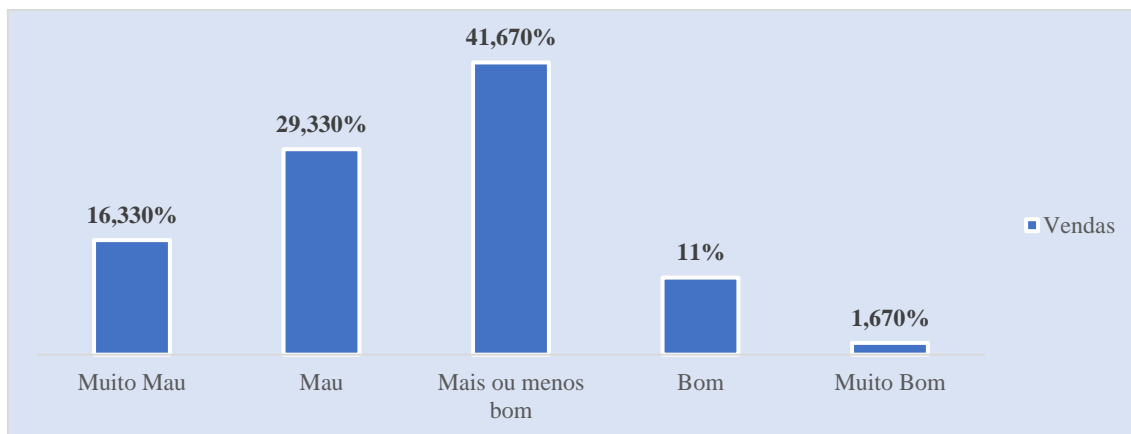


Ilustração 32 - Avaliação dos inquiridos relativamente ao papel do governo na criação de condições para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

5.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.3.1. DAS CARACTERÍSTICAS SOCIDEMOGRÁFICAS DOS INQUIRIDOS

1. Das atividades (profissões) informais que são apresentadas concluímos que as mesmas são realizadas maioritariamente pelos homens, sendo uma ou outra realizada quase por único género como o caso de palaiês pelas mulheres e pescadores, motoqueiros e candongueiros pelos homens.
2. Os trabalhadores informais, tanto homens como mulheres, são maioritariamente jovens com idade igual ou inferior a 35 anos.
3. A maioria dos trabalhadores informais são de Água Grande, que é distrito mais populoso do país, que também tem mais pessoas de distritos diferentes exercendo as atividades informais.
4. A maioria dos inquiridos sabe ler e escrever pois têm pelo menos o ensino secundário incompleto.
5. Das atividades observadas a mais realizada pelos inqueridos é a venda ao retalho sendo exercida tanto por homens como mulheres, diferentemente das que têm ou quase têm exclusividade de género.
6. A maioria dos inqueridos tem um rendimento médio mensal compreendido entre 1000 e 3000 dobras.

5.3.2. DAS CARACTERÍSTICAS LABORAIS DOS INQUIRIDOS

1. Relativamente ao tempo de trabalho, grande parte dos trabalhadores informações estão no MI há mais de dez anos.
2. Já no que respeita a posição dos inquiridos relativamente à atividade realizada, verificamos que a maioria trabalha por conta própria.
3. Relativamente ao modo como financiaram as suas atividades, observamos que a maioria financiou a atividade que realiza com capital próprio.
4. A maioria dos trabalhadores informais não possui um local fixo para comercialização dos seus produtos e serviços.
5. No que toca ao pagamento de uma taxa fixa ou diária por parte dos que realizam a sua atividade num local fixo, verificamos que a maioria não paga quaisquer taxas.
6. Dos que pagam as taxas, as cobranças são-lhes feitas essencialmente pela autoridade ou entidade legal.
7. No que concerne ao rendimento auferido, a maioria dos inquiridos têm um rendimento pouco satisfatório.
8. Relativamente às razões que levaram os inquiridos a realizarem AI verificamos que a maioria, cerca de 69,67%, o faz por falta de emprego.
9. No que concerne às dificuldades face as atividades realizadas, grande parte dos inquiridos, cerca 47,33%, consideram ser de um grau normal.

Das dificuldades relatadas pelos inquiridos destacam-se o baixo rendimento auferido, o baixo número de consumidores, falta de capital para financiar a atividade e, a desorganização do mercado.

10. Já no que se refere aos benefícios que às atividades realizadas no MI trazem aos inquiridos, verificamos que os principais são: garantir o sustento da família, garantir algum rendimento e, emprego alternativo.
11. Relativamente às sugestões para melhoria das condições do trabalhador no MI as principais foram: o apoio, incentivo e financiamento por parte do estado,

criação de mais infraestruturas por parte do governo, melhoria das condições de infraestruturas em geral e do mercado e, e organização do mercado.

5.3.3. RACIONAL DOS INQUIRIDOS SOBRE O TRABALHO FORMAL E INFORMAL

1. A maioria dos inquiridos, cerca de 75,67%, nunca teve um emprego formal.
2. Dos inquiridos que realizavam uma AF e deixaram de fazê-lo, fizeram-no essencialmente pelo facto do salário não compensar e por não gostarem de trabalhar por conta de outrem.
3. A maioria dos inquiridos, cerca de 77. 67 %, trocaria um TI por um TF.
4. Dos que não trocariam, não o fariam essencialmente por ganhar mais dinheiro com seu próprio negócio, pelo fato do salário do TF não compensar e, por não gostarem de trabalhar por conta de outrem.
5. Grande parte dos inquiridos, cerca 37,67%, mostram-se positivo quanto a perspectiva de vir a ter um TF. Entretanto há outro grande grupo de pessoas, cerca de 23,33%, sem expectativas, e outro, cerca de 20,33%, apresenta-se com perspectivas negativas.
6. A metade dos inquiridos alega existir vantagens em desenvolver uma AI em detrimento de uma AF e outra metade alega não existir.
7. As principais vantagens apresentadas são: rendimento diário, controlo/gestão do negócio e, maior rendimento.
8. A maioria dos inquiridos, caso pudessem trabalhar no MF optariam por trabalhar no setor público em detrimento do setor privado!

5.3.4. RACIONAL DOS INQUIRIDOS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- 1- A maioria dos inquiridos, cerca de 50,33% acredita que o governo tem tido um papel mais ou menos bom na solução dos problemas do MI, no entanto cerca de 29,67% acha que o papel é mau.
- 2- O governo dá ligeira importância aos trabalhadores do MI, assim pensa quase metade dos inquiridos, cerca de 49,67%. Porém um número significativo de

- inquiridos, cerca de 28%, pensa que o governo não dá importância a estes trabalhadores.
- 3- A maioria dos inquiridos, cerca de 64,33%, acredita que o governo conseguirá resolver as ou mitigar as dificuldades por eles sentidas no MI.
 - 4- O papel da polícia e fiscais no combate à venda ambulante é visto por grande parte dos inquiridos, cerca de 38,67%, como sendo mau, por cerca de 30,33%, como mau e, por cerca de 20,33%, como muito mau.
 - 5- A maioria dos inquiridos, cerca de 68,33%, relata nunca ter sido abordado por agentes de entidades que inspeciona as AC, que lhes informasse sobre a declaração de rendimentos e pagamento de taxa de impostos.
 - 6- A maioria dos trabalhadores informais, cerca de 67,33%, nunca pagou o imposto.
 - 7- O número de trabalhadores informais não inscritos no INSS, é enorme, sendo que cerca de 94,33% dos inquiridos não está inscrito no mesmo.
 - 8- A qualidade das infraestruturas do MI, é posta em causa pela maioria dos inquiridos, sendo que um grande grupo, cerca de 39,67%, alega ser de má qualidade, outro, cerca de 33,67%, mais ou menos boa e, cerca de 20,33% muito má.
 - 9- O papel do governo na criação de condições para o desenvolvimento dos trabalhos dos trabalhadores informais também é posto em causa pela maioria dos inquiridos. Cerca de 41,67% dos inquiridos acredita que o governo tem um papel mais ou menos bom, cerca 29,33% que é mau, cerca de 16,33% que é muito mau, cerca de 11% que é bom e, cerca de 1,67% que é muito bom.

6. CONCLUSÕES

6.1. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O presente estudo foi iniciado com o propósito de verificar: 1-) quais as principais causas do MI em São Tomé e Príncipe; 2-) se a falta de emprego constitui um dos principais motivos para as pessoas recorrerem ao MI São Tomé e Príncipe; 3-) se o MI em São Tomé e Príncipe é ou não uma consequência da falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controlo e regulação dos mercados (atividades económicas); 4-) se o MI em São Tomé e Príncipe é ou uma consequência da falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas possam exercer as suas atividades mercantis e; 5-) se o MI em São Tomé e Príncipe é uma consequência da preferência das pessoas em exercer as suas atividades mercantis sem terem de pagar os impostos.

Referente ao primeiro ponto, concluímos que as principais causas do MI em São Tomé e Príncipe são: a falta de emprego, dificuldades por parte das entidades competentes em controlarem o mercado, falta de estruturas adequadas para o exercício de AC, a falta de informação, o baixo nível de escolaridade, preferência em trabalhar por conta própria, e o não pagamento de impostos.

São ainda apontadas como causas para a formação e o crescimento da informalidade no país: Falta de incentivos para formalizar as AC, falta de conhecimento, o crescimento da população, tal como refere Ferreira (2016).

De entre outras razões, além das que foram acima apontadas como causas do MI no país, as pessoas recorrem às AI, pela gritante necessidade de ter rendimentos para fazer face as suas despesas e necessidades.

Relativamente ao segundo ponto, tal como referido acima, concluímos que a falta de emprego constitui sim um dos principais motivos para as pessoas recorrerem ao MI em São Tomé e Príncipe.

Quanto ao terceiro ponto, concluímos que a falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controle e regulação dos mercados (atividades económicas), é claramente uma das principais causas para a formação e o crescimento contínuo do MI em S. Tomé e Príncipe.

Os recursos limitados, quer materiais, financeiros e sobretudo tecnológicos, têm tornado extremamente difícil a tarefa da DRCAE, no que refere a fiscalização, o controle e regulação dos mercados.

Concernente ao quarto ponto, concluímos que a falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas possam exercer as suas atividades mercantis, acaba por ser sem dúvidas outras das principais causas da formação e do crescimento do MI.

Por fim, existem pessoas que ainda que tivessem acesso à boas estruturas de mercado onde pudessem exercer as suas atividades mercantis formalmente, optariam por preferência em exercê-las informalmente para não terem de pagar os impostos. Assim, apesar de não ter o mesmo peso por exemplo da falta de estruturas adequadas para o exercício de AC, o não pagamento de impostos de forma voluntária, acaba também por contribuir para a formação e o crescimento do MI no país; ou seja; o MI é consequência da preferência das pessoas em exercer as suas atividades mercantis sem terem de pagar os impostos.

Como meio de responder a nossa questão de partida e as questões dela derivadas, após análise minuciosa dos dados obtidos por meio do questionário e da entrevista, assumimos que, em termos de hipóteses levantadas no ponto 1.4. o seguinte:

É confirmada a hipótese nº 1 de que a falta de emprego constitui um dos principais motivos para as pessoas recorrerem ao MI em São Tomé e Príncipe.

É confirmada a hipótese nº 2 de que a falta de sistemas e ferramentas (mecanismos) por parte das autoridades a quem compete a fiscalização, o controlo e regulação dos mercados (atividades económicas), constitui uma das causas do MI em São Tomé e Príncipe.

É confirmada a hipótese nº 3 de que o MI em São Tomé e Príncipe tem como uma das causas a falta de criação de estruturas (mercados) onde as pessoas possam exercer as suas atividades mercantis.

É confirmada a hipótese nº 4 de que a preferência das pessoas em exercer as suas atividades mercantis sem terem de pagar os impostos, constitui uma das causas do MI em São Tomé e Príncipe.

Além das conclusões acima apresentadas que dão resposta as nossas questões de investigação, verificamos que os tipos de AC, exercidas informalmente, mais frequentes ou em maior destaque nesse momento no país são: as vendas ambulantes (candongueiros), os motoqueiros, os cambistas, as palaiês, os pescadores, as vendas aos retalhos (quiosques), agricultores, etc..; sendo vendas ambulantes mais difícil de se formalizar segundo os dados por nós obtidos.

Por outro lado, foi-nos relatado que perante a descoberta de pessoas ou estabelecimentos que atuam informalmente no mercado, são aplicadas normalmente nesses casos medidas de caráter repressiva (coimas) ou mesmo o encerramento do estabelecimento até a sua legalização.

Verificamos também que a falta de sistemas e base de dados não permitem aferir a quantidade exata ou aproximada das pessoas que operam informalmente no mercado santomense. Entretanto, tal como foi-nos relatado, pela dimensão do MI e também em função do próprio crescimento constante do mesmo, estima-se existir mais pessoas atuando informalmente no mercado, na economia santomense, em relação as que trabalham formalmente; sendo-nos indicado que mais de 50% da população ativa do país desenvolve AC informalmente para obter os seus rendimentos.

Referente ao possível impacto que o MI pode gerar na captação e gestão de receitas fiscais, em função dos dados obtidos, concluímos ser negativo, uma vez que aferimos que as práticas de AI tornam praticamente impossível a arrecadação de receitas dificultando ao estado o financiamento das suas atividades e seu orçamento.

De modo geral, concluímos que o MI tem um impacto negativo na economia de qualquer país, pois apesar de gerar rendimentos para inúmeras pessoas e famílias, o estado não consegue arrecadar receitas de tais rendimentos e refletir nas obras de caráter social, beneficiando dessa forma a população em geral.

Mais, verificamos que a fiscalização, o controlo e regulação do mercado têm sido essencialmente tarefas da responsabilidade da DRCAE. A inspeção das atividades económicas é fundamentalmente realizada pela DRCAE. Entretanto, há sim cooperações e colaboração com outras instituições como a DP, o CIAT, a PNSTP, embora seja muito limitada e restrita, atuando cada instituição na sua área e de forma específica. Por exemplo a DP ajuda no controlo e inspeção de carnes comercializadas;

o CIAT colabora com análises laboratoriais dos produtos e a PNSTP mais na questão de ordem pública.

A DRCAE acaba de certa forma por ser a única instituição a ter na sua carteira o peso da responsabilidade da fiscalização, controle e a regulação das atividades mercantis de todo o mercado, ou seja, do MF e do MI.

A DRCAE funciona com base em algumas leis e decretos-lei, como por exemplo o decreto-lei 14/2012 que fixa ou define a margem de lucros para produtos alimentares de base, isto é, para cesta básica. Com efeito, também realiza inspeções, fiscalizações e sensibilizações com o intuito de combater e diminuir a informalidade. Todavia, a falta de meios materiais, humanos, financeiros entre outros, dificultam a sua tarefa e não lhe permite fazer face ao MI e ao seu visível crescimento.

A DRCAE tem procurado junto com DC, a DF, a CC e Câmaras Distritais, implementar medidas e estratégias que possam combater o crescimento das atividades comerciais informais, tais como aplicação de multas (coimas) aos que operam de forma ilegal ou inadequada no mercado o mesmo o encerramento da atividade realizada e, também têm feito sensibilizações.

6.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A falta de livros e artigos que abordassem questões sobre o tema em causa de modo geral, e em particular em S. Tomé e Príncipe e, sobretudo falta de informações por parte quer de instituições ligadas ao tema quer fundamentalmente pelo INE (falta de dados recentes e atualizados) mostraram-se como dois dos fatores que mais limitou a investigação desenvolvida para a elaboração deste trabalho científico.

Por outro lado, a falta de recursos materiais, financeiros e tecnológicos também limitaram e muito o presente trabalho de investigação; impossibilitando recolher informações na ilha do Príncipe e ter dessa forma uma amostra tanto mais significativa quer mais representativa.

Mais, o número de pessoas inquiridas deriva-se da falta de recursos e da impossibilidade de inquirir todo o público-alvo. Entretanto, apesar de ter-se noção que se poderia ter uma amostra mais significativa acredita-se que a amostra obtida seja

muito representativa, tendo um grau de confiança de 90% e uma margem de erro de 10%.

6.3. IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

É convicção que o estudo realizado no presente trabalho de investigação afigura-se importante para a população em geral, particularmente para os governantes santomenses. Pois evidencia as causas do MI no país, que se tem mostrado um grande obstáculo para a arrecadação de RF e; servirá também de suporte documental e teórico para aqueles que queiram se inteirar sobre a temática em questão.

6.4. SUGESTÃO PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

É nossa opinião que estudos futuros, abordando o tema investigado, deverão, antes de mais, procurar meios para ultrapassar as barreiras e os constrangimentos decorrentes da inacessibilidade à informação sobre o MI em geral e em particular sobre o MI em São Tomé e Príncipe, dada a fraca capacidade de fornecimentos de livros e artigos por parte das bibliotecas, mediatecas e institutos que fornecem informações localizados no país; e que se tenha em atenção o que já foi analisado e procurar aprofundar e expandir mais a investigação, investigando outras AI além das presentes nesse estudo e, outras regiões, em especial a Região Autónoma do Príncipe, para onde não pudemos nos deslocar para investigar por falta de recursos como referido no ponto 6.2, e procurar ter uma amostra maior e mais representativa (com grau de confiança maior e uma margem de erro menor) do que a que é apresentada no presente trabalho de investigação, e também organizada por setor.

Recomendamos também que sejam elaborados sobretudo mais inquéritos por entrevistas, de modo a serem colhidas mais opiniões e informações sobre a temática em estudo. Posto isto, sugerimos que sejam efetuadas entrevistas a todos os parceiros e instituições que colaboram com a DRCAE na regulação e fiscalização do mercado.

Além disto, sugerimos que sejam efetuados estudos que apresentem sugestões e medidas para melhorar o funcionamento das empresas visando dinamizar a economia em São Tomé e Príncipe. Com efeito, recomendamos que os futuros investigadores da temática em questão possam apresentar questões e propostas que chamem sobretudo a atenção do estado, e facilitem assim a criação e implementação de medidas e políticas

por parte deste, que tenham como objetivo garantir o bom funcionamento do mercado e da economia local.

Por fim, sugerimos que as investigações futuras apresentem propostas para melhorar o sistema de cobranças de impostos, e medidas efetivas para combater o MI em São Tomé e Príncipe.

REFERÊNCIAS

AHODEKON, Jules (2015) - Projeto de política nacional de emprego [Em linha]. São Tomé : Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais. [Consult. 18 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/STP/POLITIQUE%20NATIONALE%20EMPLOI.pdf>>.

AMARAL, Ilídio do (2005) - Importância do sector informal da economia urbana em países da Africa subsariana. Finisterra : Revista Portuguesa de Geografia [Em linha]. ISSN 0430-5027. 40:79 (2005) 53-72. [Consult. 25 mai. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1492/1187>>.

Bardin, L. (1977) – Análise de Conteúdo. Lisboa : Edições 70

BOGDAN, Robert C. ; BIKLEN, Sari K. (1994) – Investigação Qualitativa em Educação. Porto : Porto editora.

CARVALHO, A.C. (2019) - O impacto do mercado informal na economia de São Tomé e Príncipe. São Tomé : [s.n.]. Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, Trabalho não publicado.

COUTINHO, C. (2014) – Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas. Coimbra : Edições Almedina.

DINIZ, F. (2006) - Crescimento e Desenvolvimento Económico, Modelos e Agentes do Processo. 2.ª ed.. Lisboa : Silabo.

ERNESTO, Alexandre (2019) - A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal [Em linha]. [S.l.] : OSISA. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <http://osisa.org/wp-content/uploads/2019/03/Informal-Economy2.pdf>>.

ESPÍRITO SANTO, Armindo Ceita (2008) - Economia de S. Tomé e Príncipe : Entre o Regime do Partido Único e o Multipartidarismo. F. M. Ferro, Ed.. Lisboa : Colibri.

FERREIRA, A. P. (2016) - A Causa da Atividade Económica Informal em São Tomé e Príncipe. São Tomé : [s.n.]. Apresentado na Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.

GODOY, A. S. (1995) - Introdução à pesquisa qualitativa e as suas possibilidades. RAE-Revista de Administração de Empresas [Em linha]. São Paulo. 35:2 (mar-abr 1995) 57-63. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/38183-75982-10-pb.pdf>>.

INE. (2012) – IV Recenseamento Geral da População e Habitação

JACOB, L. ; SOARES, M. J. (2002) - Trabalho Flexível e o Novo Informal. Caderno CRH [Em linha]. 15:37 (2002) 163-178. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.researchgate.net/publication/282947394_Trabalho_flexivel_e_o_novo_informal>.

LAKATOS, Eva Maria ; MARCONI, Marina de Andrade (2003) - Fundamentos de metodologia científica. São Paulo : Atlas.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2006) - A OIT e a Economia Informal [Em linha]. Lisboa : OIT. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2014) - Transição da Economia Informal para Economia Formal [Em linha]. Genebra : Bureau Internacional do Trabalho. Conferência Internacional do Trabalho, 103.^a Sessão, 2014, relatório V. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709410.pdf>.

PASCHOAL, A. [et al.]. (2013) - Economia Informal : desafios ao estabelecimento de padrões de trabalho decente [Em linha]. [S.l. : s.n.]. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://silo.tips/download/economia-informal-desafios-ao-estabelecimento-de-padroes-de-trabalho-decente>>.

RIBEIRO, Roberto N. (2000) - Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil [Em linha]. Brasília : [s.n.]. Mestrado em Economia do Sector Público. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/trabalhos-academicos/12-2000-roberto-causas-efeitos-e-comportamento-da-economia-informal-no-brasil-completo>>.

SILVA, Omarildo Luís da (2010) - Impacto da Economia Informal no Desenvolvimento da África Subsariana [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, apresentado no Instituto Superior de Economia e Gestão. [Consult. 14 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:http://www.adelinotorres.info/teses/Omarildo%20Luis%20Silva_O%20impacto%20da%20economia%20informal%20em%20Africa.pdf>.

SIMÕES, A. (1990) - A investigação- ação: natureza e validade. Revista Portuguesa de Pedagogia [Em linha]. 24 (1990) 39-51. [Consult. 25 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://issuu.com/evandromorgado/docs/investigacao-acao>>.

THE WORLD BANK GROUP (2020) - O Banco Mundial em São Tomé e Príncipe [Em linha]. Washington, DC : The World Bank Group. [Consult. 22 mar. 2021]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>>.

TRINDADE, O. C. (2018) - Impacto da Economia Informal nas Receitas Fiscais da Economia de São Tomé e Príncipe : Estudo de caso dos Taxistas. [S.l. : s.n.]. Apresentado na Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A** - Transcrição da entrevista com o sujeito de investigação (s1) da instituição a.
- Apêndice B** - Guião de questionário

APÊNDICE A

Transcrição da entrevista com o sujeito de investigação (s1) da instituição a

Boa tarde, senhor!

Muito boa tarde!

Antes de mais, gostaria de lhe agradecer por se ter dignado em receber-me para essa entrevista. Tal como lhe comuniquei anteriormente, esta entrevista enquadra-se no âmbito da realização do meu trabalho de dissertação para efeito de conclusão do curso de mestrado em Gestão na Universidade Lusíada de Lisboa.

O tema do trabalho proposto é “O mercado informal em São Tomé e Príncipe”; e tenho como objetivo colher informações que permitam-me desenvolver a dissertação, pelo que a sua colaboração ser-me-ia extremamente útil. O questionário é composto por 13 perguntas, e muito apreciaria se dignasse responder a todas as questões coladas. Entretanto, poderá não responder a uma ou mais questões e, a qualquer momento, desistir do questionário, se assim entender. Queria também de lhe informar que ser-lhe-á garantido o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas, isto é, o seu nome ou qualquer outro elemento passível de o identificar não serão associados ao trabalho a ser apresentado.

Entrevistado: Está bem, sem problemas algum!

Entrevistador: Posso passar às questões?

Entrevistado: Sim, quando quiser.

1 - É detentor de alguma formação no âmbito de mercados e/ou atividades mercantis?

R: Sim. Possuo formação no âmbito da informalidade; e formação no âmbito de inspeção, fiscalização, e controlo de AE, promovido pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE-Portugal). Entretanto sou licenciado em Engenharia de Hidrocarboneto e Química, sendo a presente licenciatura feita em cuba.

2 - É gestor/decisor em alguma entidade/instituição ligada à gestão; controle e regulação de mercados e/ou atividades mercantis?

R: Sim.

3 - Na sua opinião, o que leva as pessoas a recorrerem às atividades ou trabalhos informais no país?

R: Na minha opinião as pessoas recorrem às atividades informais por diversas razões, entre elas a falta de emprego, a necessidade de ter rendimentos para fazer face as suas necessidades, a falta de informação, o nível de escolaridade etc...

4 - Que fatores, na sua opinião, tem contribuído para o aumento das atividades comerciais informais?

R: Falta de incentivos para formalizar as atividades comerciais, falta de conhecimento, falta de recursos por parte das instituições responsáveis para fazer o devido controlo e fiscalização das atividades, o crescimento da população.....

5 - A vossa instituição possui sistemas ou mecanismos que permitem a fiscalização, o controle e a regulação do mercado e, por conseguinte, a formação e o aumento do mercado informal? Quais?

R: A nossa instituição funciona com base em algumas leis e decretos-lei, como por exemplo o decreto-lei 14/2012 que fixa ou define a margem de lucros para produtos alimentares de base, isto é, para cesta básica. Com efeito, também realizamos inspeções, fiscalizações e sensibilizações com o intuito de combater e diminuir a informalidade. Todavia, a falta de meios materiais, humanos, financeiros entre outros, dificultam a nossa tarefa não nos permite fazer face ao mercado informal e ao seu visível crescimento.

6 - Que medidas a vossa instituição tem tomado e/ou pensa em adotar para fazer face ao crescimento das atividades comerciais informais no país?

R: A nossa instituição tem procurado junto com DC, a DF, a CC e Câmara Distritais, implementar medidas e estratégias que possam combater o crescimento das ACI, tais como aplicação de multas (coimas) aos que operam de forma ilegal ou inadequada no mercado o mesmo o encerramento da atividade realizada e, também temos feito sensibilizações.

7 - A vossa instituição realiza a fiscalização, o controle e a regulação do mercado em colaboração com outras instituições? Quais?

R: Bem... a fiscalização, o contro e regulação do mercado têm sido essencialmente tarefas da responsabilidade da nossa instituição. A inspeção das atividades económicas é fundamentalmente realizada pela DRCAE. Entretanto, há sim cooperações e colaboração com outras instituições como a DP, o CIAT, a PN, embora seja muito limitada e restrita, atuando cada instituição na sua área e de forma específica. Por exemplo a DP ajuda no controlo e inspeção de carnes comercializadas; o CIAT colabora com análises laboratoriais dos produtos e a PN mais na questão de ordem pública.

8 - Quais as atividades comerciais informais mais frequentes e em crescimento no país?

R: Os tipos AC mais frequentes ou maior destaque nesse momento no mais são as vendas ambulantes (candongueiros), os motoqueiros, os cambistas, as palaiês, os pescadores, vendas à retalhos (quiosques), agricultores, etc....

9 - E qual das atividades supramencionadas na sua opinião será mais fácil de formalizar e qual a mais difícil?

R Penso que as vendas ambulantes serão as mais difíceis se formalizar.

10 - Qual o vosso procedimento perante a descoberta de pessoas ou estabelecimentos que atuam informalmente no mercado?

R: Normalmente nesses casos são aplicadas medidas de carácter repressiva (coimas) ou mesmo o encerramento até a sua legalização.

11- A vossa instituição tem noção do número de pessoas que atuam de forma informal no mercado, ou seja, da percentagem do mercado informal na economia?

R: Infelizmente a nossa instituição não possui sistemas nem base de dados que permitem-nos aferir a quantidade exata ou aproximada das pessoas que operam informalmente no nosso mercado. Entretanto, pela dimensão do MI e também em função do próprio crescimento constante do mesmo, estimamos que existam mais pessoas atuando informalmente no nosso mercado, na nossa economia, em relação as que trabalham formalmente. Mais de 50% da nossa população ativa desenvolve AC informalmente para obter os seus rendimentos.

12 - Qual o seu parecer sobre o possível impacto que o mercado informal pode gerar na captação e gestão de receitas fiscais?

R: Negativo, pois as práticas de atividades informais tornam praticamente impossível a arrecadação de receitas dificultando ao estado o financiamento das suas as atividades e seu orçamento.

13 - Em termos gerais, pensa que a prática de atividades comerciais informais tem tido um impacto positivo ou negativo para a economia do país? Porquê?

R: Na minha opinião o mercado informal tem um impacto negativo, na economia de qualquer país, pois apesar de gerar rendimentos para inúmeras pessoas e famílias, o estado não consegue arrecadar receitas de tais rendimentos e refletir nas obras de carácter sociais, beneficiando dessa forma a população em geral.

APÊNDICE B

Guião de questionário

PESQUISA DE MERCADO**CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO INFORMAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE****Instruções:**.....

.....

1. Marque as respostas no questionário com (x);
2. Se por acaso enganar-se e marcar uma resposta no local errado, não rasure. Marque o x no local correto e circunde-o.
3. Se não for instruído de outra forma, marque uma resposta por questão.

Secção A: Perfil sociodemográfico dos inquiridos			
A01	Qual é o seu género?	() Masculino	1
		() Feminino	2
A02	Qual a sua faixa etária? Marque apenas uma opção	() -15	1
		() 15-25	2
		() 26-35	3
		() 36-45	4
		() 46-55	5
		() +55	6
A03	Localidade onde reside?		1
A04	Qual é o seu Distrito? Marque apenas uma opção	() Água Grande	1
		() Cantagalo	2
		() Cauê	3
		() Lembá	4
		() Lobata	5
		() Mé-Zochi	6
		() Região Autónoma do Príncipe	7
	Qual o seu grau de escolaridade?	() Ensino Básico Incompleto (1ª até a 6ª Classe)	1
		() Ensino Básico Completo (1ª até a 6ª Classe)	2
		() Ensino Secundário Incompleto (7ª até a 12ª Classe)	3

A05	Marque apenas uma opção	() Ensino Secundário Completo (7 ^a até a 12 ^a Classe)	4
		() Ensino Profissional Incompleto	5
		() Ensino Profissional Completo	6
		() Ensino Superior Incompleto	7
		() Ensino Superior Completo	8
		() Não passou pela escola	9
A06	Que tipo de atividade realiza? Marque apenas uma opção	() Cambista	1
		() Candongueiro	2
		() Palaiê	3
		() Pescador	4
		() Motoqueiro	5
		() Venda à retalho	6
A07	Qual o seu rendimento mensal? Marque apenas uma Opção	Menos de 1000 STD	1
		Entre 1000 – 3000 STD	2
		Entre 3001 – 6000 STD	3
		Mais de 6000 STD	4

Secção B: Perfil laboral dos inquiridos			
B01	Há quanto tempo trabalha no mercado informal? Marque apenas uma opção.	() Menos de 1 ano	1
		() Entre 1– 2 anos	2
		() Entre 3 - 5 anos	3
		() Entre 6 - 10 anos	4
		() Mais de 10 anos	5
B02	Trabalha por conta própria?	() Sim	1
		() Não	2
		Se não passa para B04	

B03	Como financiou a sua atividade/negócio? Marque apenas uma opção.	() Capital próprio	1
		() Empréstimo	2
		() As duas opções anteriores	3
B04	Tem um local fixo para a prestação/ comercialização dos seus produtos?	() Sim	1
		() Não	2
B05	Paga alguma taxa fixa ou diária por desenvolver a sua atividade neste espaço?	() Sim	1
		() Não	2
		Se não paga passa para B07	
B06	Quem faz as cobranças? Marque apenas uma opção.	() Autoridade Legal	1
		() O dono do espaço onde exerce a atividade.	2
		() Outro	3
B07	Como classifica o rendimento auferido relativamente às suas necessidades? Marque apenas uma opção.	() Muito satisfatório	1
		() Satisfatório	2
		() Pouco satisfatório	3
		() Nada satisfatório	4
B08	Qual é o motivo que o (a) fez decidir enveredar (seguir) por este tipo de atividade ou negócio? Marque apenas uma opção.	() Por ser mais rentável	1
		() Falta de emprego	2
		() Preferência em trabalhar por conta própria	3
		() Por não ter de pagar imposto	4
		() Outras razões	5
	Em termos de dificuldades como classificarias a sua atividade?	() Muito Fácil	1
		() Fácil	2
		() Normal	3
		() Difícil	4

B09		() Muito Difícil	5
	Marque apenas uma opção.	Se a resposta for a opção 1, vá para a questão B11	
B010	Aponte as três principais dificuldades vividas por si.	1	
		2	
		3	
B11	Quais são os principais benefícios que esta atividade traz para a sua vida? (Aponte apenas os três principais)	1	
		2	
		3	
B12	Quais são as sugestões que tens para a melhoria das condições do trabalhador do mercado informal?		

Secção C: Racional dos inquiridos sobre o trabalho informal e formal			
C01	Alguma vez teve um emprego formal?	() Sim	1
		() Não	2
		Se não, passa para C03	
C02	Por que razão já não realiza uma atividade formal?	() Fui demitido	1
		() Não gosto de trabalhar por conta de outrem	2
		() O salário não compensava	3
		() Não tinha boas relações com o meu chefe	4

		() Outro_____	5
	Marque apenas uma opção.		
C03	Trocaria o trabalho informal por um emprego formal?	() Sim	1
		() Não	2
		Se sim, passa para C05	
C04	Por que razão não trocaria por um emprego formal?	() Não gosto de trabalhar por conta de outrem	1
		() O salário não compensa	2
		() Ganho mais dinheiro com o meu negócio	3
		() Outro_____	4
	Marque apenas uma opção.		
C05	Qual é a sua perspetiva, quanto a possibilidade de ter um emprego formal?	() Muito Negativa	1
		() Negativa	2
		() Positiva	3
		() Muito Positiva	4
		() Sem Espectativa	5
	Marque apenas uma opção		
C06	Na tua perspetiva, existe alguma vantagem de estar a desenvolver uma atividade informal em relação à uma atividade formal?	() Sim	1
		() Não	2
		Se não passa para questão C08	
C07	Se sim, qual é a vantagem?		
C08		() Sector Público	1

	Se tivesses que trabalhar no mercado formal, quem escolherias?	() Sector Privado	2
--	--	--------------------	---

Secção D: Racional dos inquiridos sobre às políticas públicas			
D01	Como avalias o papel do governo na solução dos problemas do mercado informal? Marque apenas uma opção.	() Muito mau	1
		() Mau	2
		() Mais ou menos bom	3
		() Bom	4
		() Muito bom	5
D02	Na tua perspetiva, qual é a importância que o governo dá aos trabalhadores do mercado informal? Marque apenas uma opção.	() Não dá Importância alguma	1
		() Dá ligeira Importância	2
		() É Indiferente	3
		() Considera Importante	4
		() Dá Muita Importância	5
D03	Na tua perspetiva, achas que o governo conseguirá resolver as dificuldades sentidas por si no mercado informal?	() Sim	1
		() Não	2
D04	Como avalias o papel da Polícia e Fiscais no combate à venda ambulante? Marque apenas uma opção.	() Muito Mau	1
		() Mau	2
		() Mais ou menos bom	5
		() Bom	4
		() Muito Bom	5
D05	Alguma vez foi abordado por algum agente de alguma entidade que controla, regula e fiscaliza as atividades	() Sim	1
		() Não	2

	comerciais, que lhe tenha informado e questionado sobre a declaração de rendimento e pagamento de taxas de impostos?		
D06	Alguma vez pagou impostos?	() Sim	1
		() Não	2
D07	Está inscrito(a) no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)?	() Sim	1
		() Não	2
D08	Como avalia a qualidade das infraestruturas do mercado informal? Marque apenas uma opção.	() Muito Má	1
		() Má	2
		() Mais ou menos boa	3
		() Boa	4
		() Muito Boa	5
D09	Como avalia o papel do governo na criação de condições para o desenvolvimento do seu trabalho? Marque apenas uma opção.	() Muito Mau	1
		() Mau	2
		() Mais ou menos bom	3
		() Bom	4
		() Muito Bom	5